



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,  
do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO)

Dissertação de Mestrado

Existe um lado menos corrupto? A relação entre  
Corrupção e Orientação Política

Daniel Moisés Martins

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pilati

Brasília - DF

Março de 2026



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,  
do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO)

Existe um lado menos corrupto? A relação entre  
Corrupção e Orientação Política

Daniel Moisés Martins

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Social, do Trabalho e das Organizações  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e  
das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pilati

Brasília - DF

Março de 2026

Dissertação de mestrado defendida diante e avaliada pela banca examinadora constituída por:

---

Prof. Dr. Ronaldo Pilati (Orientador)

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Marília Mesquita Resende (Membro Externo)

Instituto de Psicologia

Centro Universitário de Brasília

---

Prof. Dr. Germano Esteves (Membro Interno)

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Josemberg Andrade (Suplente)

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília

## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, por todo o carinho, exemplo e apoio incondicional.

Agradeço também à minha namorada, Mariana. Muito obrigado por todo o carinho, amor e presença; sem o seu apoio e motivação, isso não teria sido possível.

Aos meus irmãos, Luís, Marcos, Carlos e Davi, deixo igualmente o meu agradecimento. Em especial, à minha irmã Cristina, muito obrigado pelos cafés e pelas conversas que ajudaram a orientar este processo.

Um agradecimento especial ao meu amigo Wesley, por toda a ajuda e apoio, mesmo estando do outro lado do globo.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Ronaldo Pilati, por todo o conhecimento compartilhado, pela disponibilidade e, principalmente, pela paciência e compreensão diante dos tropeços e das dificuldades que vivenciei neste período. De forma genuína, sou muito grato ao senhor.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus colegas do GEPS, em especial ao Cristiano, por todas as conversas, cafés e trocas que tivemos dentro e fora do laboratório.

## Sumário

Resumo .....	7
Abstract .....	8
Introdução .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>Corrupção</b> .....	10
<b>Modelos Teóricos de estudos em Corrupção</b> .....	13
<b>Modelo Analítico de Corrupção</b> .....	14
<b>Orientação Política</b> .....	17
<b>Bases Psicológicas Políticas</b> .....	19
<b>Teoria dos Fundamentos Morais</b> .....	19
<b>Orientação à Dominância Social (Social Dominance Orientation – SDO)</b> .....	22
<b>Autoritarismo de Direita (Right-Wing Authoritarianism – RWA)</b> .....	23
<b>Autoritarismo de Esquerda (Left-Wing Authoritarianism – LWA)</b> .....	25
<b>Teoria dos Fundamentos Morais e Orientação Política</b> .....	26
<b>Corrupção e Orientação Política</b> .....	28
<b>Método</b> .....	31
<b>Participantes</b> .....	31
<b>Instrumentos</b> .....	32
<b>Procedimento de coleta e análise de dados</b> .....	35
<b>Resultados</b> .....	36
<b>Referências</b> .....	53
<b>Apêndice</b> .....	64
<b>Apêndice A</b> .....	64
<b>Apêndice B</b> .....	67
<b>Apêndice C</b> .....	68
<b>Apêndice D</b> .....	71
<b>Apêndice E</b> .....	72
<b>Apêndice F</b> .....	73
<b>Apêndice G</b> .....	74

### **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1.</b> ....	38
<b>Tabela 2.</b> ....	41
<b>Tabela 3.</b> ....	44

### **Lista de Figuras**

<b>Figura 1.</b> ....	15
<b>Figura 2.</b> ....	31
<b>Figura 3.</b> ....	42
<b>Figura 4.</b> ....	45

## Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar como diferentes orientações políticas se relacionam com a percepção e a intenção de corrupção. Participaram 460 pessoas (18–71 anos;  $M = 31,9$ ;  $DP = 9,27$ ), com predominância de mulheres (63,7%). Foram utilizadas medidas de orientação política, Orientação à Dominância Social (SDO), Autoritarismo de Direita (RWA), Autoritarismo de Esquerda (LWA), Fundamentos Morais (QFM-2) e escalas de percepção (EGC) e intenção de corrupção (CIS–PBC). Realizaram-se correlações de Pearson e duas regressões lineares múltiplas. Os resultados mostraram que a percepção de corrupção foi explicada por um conjunto de preditores ideológicos e morais, com efeitos positivos de Cuidado, SDO, RWA–Autoritarismo e RWA–Contestação à Autoridade. Para a intenção de corrupção (CIS–PBC), o modelo também foi significativo e indicou predição positiva por SDO, por RWA–Contestação à Autoridade e por Igualdade, além de um efeito negativo de Cuidado. Em conjunto, os achados sugerem que as diferenças associadas a rótulos amplos de orientação política são menos informativas do que as dimensões ideológicas específicas: a SDO mostrou-se um preditor consistente de percepções e, sobretudo, de intenções.

Palavras-chave: Corrupção; Moralidade; Orientação Política; Modelo Analítico de Corrupção; Dominância Social.

### Abstract

This study examined how political orientations relate to perceived corruption and corruption intention. A total of 460 participants (18–71 years;  $M = 31.9$ ;  $SD = 9.27$ ; 63.7% women) completed measures of political orientation, Social Dominance Orientation (SDO), Right- Wing Authoritarianism (RWA), Left-Wing Authoritarianism (LWA), Moral Foundations (MFQ-2), and scales assessing perceived corruption (EGC) and corruption intention (CIS– PBC). Pearson correlations and two multiple linear regressions (Enter method) were conducted. Perceived corruption was predicted by higher Care, higher SDO, and two RWA components Authoritarianism and Contestation of Authority, in a significant model.

Corruption intention (CIS–PBC) was also explained by a significant model and was positively predicted by SDO, RWA, Contestation of Authority, and Equality, while Care emerged as a negative predictor. Overall, results suggest that broad political labels are less informative than specific ideological and moral dispositions: SDO consistently predicted both outcomes— especially intention.

Keywords: Corruption; Morality; Political Orientation; Analytic Model of Corruption; Social Dominance.

A corrupção é o principal impeditivo do funcionamento político, comprometendo os princípios fundamentais da democracia, como transparência e responsabilidade, além de ser seminal para processos de instabilidade e polarização políticas (Dong, Dulleck & Torgler, 2012; Olson, 2014; Philp & Dávid-Barrett, 2015). Historicamente, o Brasil é marcado por uma série de casos de corrupção, principalmente no âmbito político, como o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, os escândalos denominados “mensalão” e “petrolão”, além do mais recentes e conhecidos esquemas de “rachadinha”<sup>1</sup> e do orçamento “secreto”<sup>2</sup>.

Embora a literatura sobre corrupção seja ampla, uma limitação recorrente diz respeito à predominância de explicações macroestruturais ou econômicas. Apesar de contribuírem de modo expressivo para a compreensão do fenômeno, ainda são insuficientes para explicar por que indivíduos expostos a contextos semelhantes diferem quanto à tolerância, à percepção e à disposição de engajar-se em práticas corruptas. Em outras palavras, permanece aberta a necessidade de compreender, de forma mais sistemática, os mecanismos psicológicos, políticos/ideológicos e morais do fenômeno da corrupção. Nesse sentido, ainda são insuficientemente exploradas, de modo integrado, as relações entre orientação política, fundamentos morais, autoritarismo, orientação à dominância social e os desfechos ligados à percepção e à intenção de corrupção.

A explicitação dessa lacuna justifica a relevância teórica e social do presente estudo. Do ponto de vista teórico, a investigação contribui para ampliar os modelos explicativos da corrupção ao incorporar disposições ideológicas, morais e psicológicas à análise do fenômeno. Do ponto de vista social, compreender os fatores subjetivos associados à percepção, à tolerância e à intenção de corrupção pode oferecer subsídios para estratégias de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50842595>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-orcamento-secreto/>

prevenção, formação ética e combate a corrupção. É nesse enquadramento que a presente dissertação se propõe a analisar as relações entre orientação política na explicação da percepção e da intenção de corrupção.

## **Corrupção**

A corrupção pode ser compreendida como um fenômeno que possui diversas facetas e nuances, exigindo, dessa maneira, diferentes níveis de análise e compreensão na sua investigação (Wiedenhöft et al, 2019). Devido à sua natureza complexa, um dos primeiros impasses é a definição conceitual. Dentre os estudos realizados sobre a temática, Ko e Samajdar (2010) mapearam 17 definições de corrupção, abrangendo áreas como a Filosofia, a Economia, a Ciência Política e a Psicologia. Essas dezessete definições distintas são organizadas em três eixos teóricos: a abordagem da escolha pública, a institucional e a moralista. A abordagem da escolha pública centra-se no ganho e benefício privados extraídos do poder público. Neste grupo, as definições mais usadas são a da Transparência Internacional, que foca no uso indevido do poder confiado, e a de Klitgaard (1998), que define corrupção como o uso do cargo para fins não oficiais. Outras definições nesta categoria, como as de You e Khagram (2005) e do Banco Asiático de Desenvolvimento (2007), enfatizam o exercício ou o abuso do poder público para ganho pessoal, abrangendo práticas específicas como suborno, extorsão, tráfico de influência, nepotismo e peculato.

A abordagem institucional desloca o foco do benefício privado para a violação de regras, normas e deveres formais. A definição clássica de Nye (1967) é o pilar deste grupo, qualificando a corrupção como o comportamento que se desvia dos deveres formais de um papel público devido a ganhos pecuniários ou de status. Complementarmente, Jain (2001) define o ato como o uso do poder do cargo de maneira a contrair as "regras do jogo", enquanto Huntington (1968) e Jos (1993) a veem como um desvio das normas aceitas ou uma

violação grave de padrões e expectativas associados a relações públicas.

Por fim, a abordagem moralista fundamenta-se na desonestidade, na decadência e na quebra de confiança. Nesta perspectiva, a corrupção é entendida como uma traição à confiança pública (Rosenbloom & Kravchuk, 2005) ou como o sacrifício do benefício público em favor do privado, conforme julgado pela moralidade de uma época específica (Senturia, 1935).

Essa pluralidade de definições demonstra que, embora a corrupção seja frequentemente mensurada por meio de índices de percepção que buscam objetividade, ela permanece um conceito "guarda-chuva" que abriga diversas nuances. Apesar das divergências terminológicas, o conceito mais utilizado nos estudos em Psicologia (Zimelis, 2020), como nas demais áreas, é o da Transparência Internacional: corrupção como abuso de poder confiado a alguém para obtenção de ganhos privados (Transparency Internacional, 2023).

Apesar de essa definição ser a mais utilizada nos estudos da área, Modesto e Pilati (2020) apontam que o conceito da Transparência Internacional pode ser adotado de forma frágil e inconsistente nos estudos de corrupção. Os autores apontam que a noção de “poder confiado” exclui formas ilegítimas de poder, como regimes ditatoriais. Além disso, dizer que os ganhos são no âmbito do “privado”, para fins pessoais, implica uma noção equivocada, pois a corrupção possui também outras dimensões, como grupos, empresas, organizações, partidos políticos e até mesmo nações. Nesse sentido, o presente estudo conceitua corrupção como o uso indevido de poder para obter ganhos ilegais (Andersson & Heywood, 2009).

Do ponto de vista psicológico, a ação corrupta é um comportamento estruturado por componentes de natureza psicológica (Ponce-Díaz et al., 2025). Nesse sentido, é necessário sistematizar com precisão as semelhanças e diferenças entre os conceitos de comportamento antiético, desonesto e corrupto. O comportamento antiético é definido como a violação de normas sociais (Kish-Gephart et al., 2010). O comportamento desonesto também viola

normas sociais, porém, possui uma dimensão econômica (custo-benefício). O comportamento desonesto pode ser entendido como uma conduta, muitas vezes parcialmente consciente, na qual um indivíduo infringe uma norma ou regra, obtendo algum benefício, direto ou indireto. Essa ação, no entanto, tende a acarretar prejuízos a terceiros (como indivíduos, instituições ou o próprio Estado) e pode ainda resultar em consequências negativas para quem a realiza, sejam essas de ordem interna (como culpa ou perda de integridade) ou externa (como sanções ou perda de reputação; Modesto & Pilati, 2020). O que diferenciara o comportamento corrupto dos demais é justamente a dimensão do uso indevido ou abusivo de poder (Ponce-Díaz et al., 2025). Dessa maneira, apesar do comportamento corrupto compartilhar elementos do comportamento desonesto, como a lógica de ganho e transgressão normativa, a corrupção se distingue por envolver, de modo central, o uso indevido e abusivo de poder para obtenção de ganhos (Ponce-Díaz et al., 2025; Vilanova et al., 2022), nesse sentido o comportamento corrupto deve ser compreendido como um comportamento antiético.

Outro componente psicológico, fundamental para a compreensão da ação corrupta, é a intenção, mais precisamente a intenção corrupta. A intenção é compreendida como um elemento que precede e influencia o comportamento ou ação em si: quanto maior for a intenção, maior a probabilidade de o comportamento ocorrer (Kish-Gephart et al., 2010). A intenção corrupta pode ser compreendida pela perspectiva da intenção antiética (Vilanova et al., 2022): o quanto o indivíduo está disposto e comprometido a praticar o comportamento antiético (Kish-Gephart et al., 2010). Sendo assim, a intenção corrupta refere-se à propensão, disposição ou comprometimento de uma pessoa a utilizar, de forma indevida e abusiva, seu status social ou poder em benefício próprio ou de grupos específicos (Ponce-Díaz et al., 2025; Vilanova et al., 2022). De maneira adicional à intenção corrupta, Pozgai-Alvarez (2022) elenca a tolerância à corrupção como processo concomitante à intenção corrupta e fundamental para o comportamento corrupto em si. O autor conceitua a tolerância corrupta

como a disposição de um indivíduo para aceitar, justificar ou relativizar atos corruptos, mesmo reconhecendo sua ilegalidade ou imoralidade. Essa disposição não significa ignorância ou desconhecimento do que é corrupção, mas sim um julgamento social e moral que relativiza a gravidade do ato ou a necessidade de punição (Pozsgai-Alvarez, 2022).

### **Modelos Teóricos de estudos em Corrupção**

Apesar da crescente produção de estudos abordando a corrupção, observa-se que há uma vasta quantidade de pesquisas sobre o tema que carece de articulação efetiva entre áreas afins e não apresenta modelos teóricos consolidados que orientem de forma sistemática as investigações (Judge et al, 2011; Julián & Bonavia, 2020; Modesto & Pilati, 2020). Na meta-análise realizada por Chen e Ganapati (2021) com base em 56 estudos, apenas 23 (menos da metade) possuíam um modelo teórico, sendo o modelo do Principal-Agente o mais utilizado. Damijan (2023) em sua revisão, apresenta os dois principais modelos utilizados nos estudos de corrupção, o modelo do Principal-Agente, mais utilizado, e o modelo de Alocação de Recursos.

O modelo Principal-Agente parte do pressuposto de uma relação contratual entre um Principal (Estado ou autoridade pública) e um Agente (funcionário público), em que o Agente é incumbido de agir no melhor interesse do Principal. A corrupção emerge quando o agente, detentor de informação privilegiada e de certo grau de autonomia, abusa da confiança delegada para obter ganhos pessoais, desviando-se do interesse público. Esse modelo se fundamenta na assimetria de informação, nas falhas de monitoramento e na ausência de mecanismos de responsabilização. A corrupção, nesse contexto, é vista como um problema de incentivos e controle, sendo combatida por meio de reformas institucionais, aumento da transparência, punições mais severas e maior fiscalização. Neste modelo, há três elementos centrais a serem considerados. O primeiro é o incentivo, que representa a vantagem ou benefício a ser obtido. O segundo é a sanção, entendida como a probabilidade do ato corrupto

ser identificado e devidamente punido. O terceiro é o custo, que corresponde às possíveis perdas ou prejuízos que o agente pode sofrer ao agir de forma corrupta (Chen & Ganapati, 2023; Damijan, 2023).

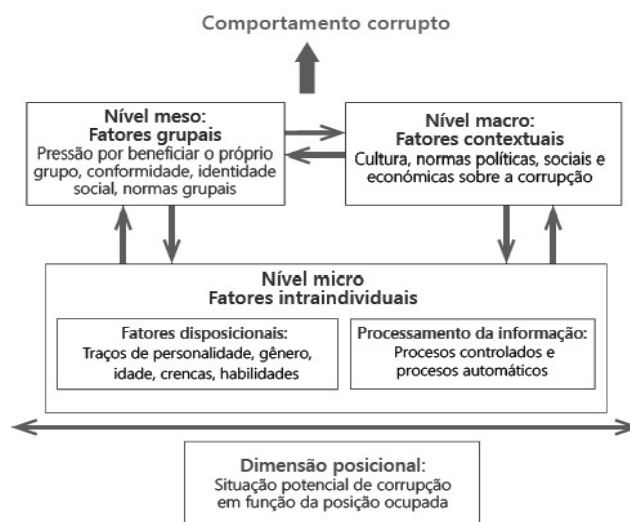
Já o modelo de Alocação de Recursos considera a corrupção como um fenômeno endógeno aos sistemas econômicos e políticos, isto é, como parte do modo como os recursos são distribuídos e disputados. Neste modelo, a ênfase não recai sobre uma relação contratual específica, mas sobre a dinâmica de interesses, poder e acesso a recursos escassos, em que os agentes buscam, por meio de práticas corruptas, influenciar decisões de alocação em seu benefício (como contratos públicos, subsídios, licenças ou políticas regulatórias). A corrupção, então, é interpretada como um meio informal e disfuncional de redistribuição de recursos, profundamente conectado às estruturas políticas e à competição entre grupos de interesse. Essa abordagem destaca o papel das instituições e das regras do jogo político como fatores determinantes na formação de incentivos à corrupção, sugerindo que reformas devem focar na reconfiguração das estruturas de poder e das regras de acesso aos recursos públicos (Damijan, 2023).

### **Modelo Analítico de Corrupção**

Fazendo-se necessário um modelo que investigue a corrupção de forma mais precisa e sistemática, Modesto e Pilati (2020) elaboraram o Modelo Analítico de Corrupção (MAC), com foco na investigação dos mais diversos processos que influenciam a ação e a decisão corruptas. O MAC é uma proposta teórica multidisciplinar que busca proporcionar uma compreensão mais abrangente e integrada do fenômeno da corrupção. Ele foi desenvolvido para preencher lacunas deixadas por modelos anteriores, oferecendo uma estrutura que considera três níveis de análise (micro, meso e macro) e uma dimensão posicional, conforme a Figura 1.

Figura 1

*Modelo Analítico de Corrupção (Modesto & Pilati, 2020)*



A análise do MAC deve ser iniciada a partir da Dimensão Posicional, onde é necessário analisar a posição que o indivíduo ocupa para que se compreenda as variáveis e preditores do comportamento, pois, “uma vez que se ocupa uma posição de poder, podem surgir situações potenciais de corrupção em que o indivíduo poderá agir ou não de maneira corrupta.” (Modesto & Pilati, 2020, p.6). Considerada pelos autores como “porta de entrada” para o entendimento do comportamento corrupto. A dimensão posicional entende que a posição ocupada por um indivíduo em uma hierarquia ou organização pode estar sujeita a ações corruptas. Ou seja, ela enfatiza que o cargo ou a posição de poder de uma pessoa constitui uma oportunidade para a prática de atos corruptos, uma vez que o acesso a recursos, decisões e privilégios associados ao cargo aumenta a tentação ou a possibilidade de agir de forma ilícita. Essa dimensão destaca que, ao estar em uma posição de influência, o indivíduo pode ser mais suscetível a comportamentos corruptos, sobretudo se essa posição permitir acesso privilegiado a recursos, controle de informações e capacidade de negociar favores ou impunidades. Além disso, a análise da dimensão posicional reconhece que fatores como o

contexto social e cultural, bem como as características pessoais, interagem com a posição ocupada, influenciando a probabilidade de agir de forma corrupta.

Em seguida passa-se para o nível Micro, na qual a análise focaliza sobre o que constitui os fatores individuais e internos no processo de corrupção. Nesse nível, consideram-se características de personalidade, fatores socioeconômicos, atitudes e valores que podem predispor uma pessoa a agir de forma corrupta. Elementos como gênero, identidade moral e moralidade também são levados em conta para entender as motivações e as avaliações que o indivíduo faz diante de uma situação de corrupção. Além disso, o nível micro investiga como processos cognitivos, como o processamento de informações e o julgamento moral, influenciam a decisão de se envolver em atos ilícitos.

O nível Meso, por sua vez, refere-se à análise dos processos grupais e sociais da corrupção (Frank et al., 2015; Armandier & Boly, 2012). Nesse nível, considera-se o impacto das organizações, equipes e processos coletivos, como a influência de normas, valores e culturas institucionais, que podem facilitar ou inibir ações corruptas. A teoria da identidade social (Tajfel, 1981), por exemplo, sugere que a pertença a diferentes grupos pode levar os indivíduos a adotar condutas conformes às expectativas do grupo, mesmo que isso envolva corrupção (Darley, 2005). Além disso, esse nível permite investigar como a pressão do grupo, a conformidade, o viés intergrupar e as reputações institucionais moldam as decisões individuais, sobretudo em contextos organizacionais ou políticos, onde ações corruptas frequentemente ocorrem em ambiente coletivo. Assim, o nível meso destaca a importância das influências grupais e das relações sociais na compreensão do fenômeno da corrupção.

Finalmente, o Nível Macro abarca a análise de componentes contextuais como a cultura, os sistemas e as normas políticas, econômicas e organizacionais, além de normas sociais e culturais que regulam o comportamento (Jha & Panda, 2017; Yeganeh, 2014). Nesse nível, enfatiza-se a importância das normas sociais, especialmente as normas descritivas, que

indicam o que é considerado normal ou aceitável em determinado ambiente social, influenciando a propensão à corrupção ao legitimar práticas ilícitas como comportamentos comuns. Além disso, esse nível possibilita a comparação entre diferentes modelos políticos e econômicos, bem como a análise de fenômenos mais amplos, como índices nacionais e internacionais de corrupção, e das estruturas sistêmicas que sustentam ou dificultam sua erradicação. Assim, o nível macro fornece uma compreensão ampla dos fatores externos e estruturais que moldam um ambiente propício à corrupção.

Compreendendo que o MAC oferece uma visão sistêmica e multidimensional da corrupção, a compreensão das motivações individuais para a corrupção encontra-se no nível micro, especificamente em fatores intraindividuais, nos processos de tomada de decisão e no julgamento moral. Dentro desse nível, as crenças políticas/ideológicas não atuam apenas como preferências partidárias, mas também funcionam como processos cognitivos fundamentais pelos quais os sujeitos interpretam as normas sociais, as hierarquias, o uso do poder e se identificam com determinados grupos (Modesto, 2019). Dessa forma, para operacionalizar a análise da intenção e da percepção de corrupção, torna-se imprescindível delimitar o conceito de orientação política, compreendendo-a como variável psicossocial estruturante do fenômeno.

### **Orientação Política**

Para se compreender o significado de orientação política, é necessário diferenciá-la de seus processos consequentes, os de identificação e de tolerância políticas. A identificação política implica identificar-se ou aderir a algum partido político; nem sempre a identificação ocorre por um viés ideológico, mas sim por vieses sociais, como classe econômica e grupos religiosos. Quando associada a um viés ideológico, a identificação e a orientação políticas normalmente são sobrepostas, apesar de a orientação ser antecedente, justamente porque

alguns de seus elementos influenciam diretamente a identificação política (Garneau & Schawadel, 2022). Já a tolerância política diz respeito ao apoio (o quanto aquele indivíduo se dispõe a apoiar) aos direitos humanos e civis do coletivo, de grupos estigmatizados e minorias políticas, indo além de conceitos políticos partidários e ideológicos, porém guiada pela moralidade (Garneua & Schawadel, 2022). Por fim, Orientação Política é definida como: Posicionamento ou postura que o indivíduo manifesta para descrever precisamente seu posicionamento ideológico dentro do espectro ou grupo político, manifestando um conjunto de crenças, atitudes e preferências de como a sociedade, políticos e ações públicas deveriam ser organizadas e executadas (Kivikangas et. al, 2021; Garneau & Schwadel, 2022; Demel et al., 2024). O conceito de Orientação Política tende a apresentar uma natureza complexa e dimensional. Dessa maneira, Kivikangas et al. (2021) apresentam três modelos dimensionais para a investigação de orientação política. O primeiro modelo é o unidimensional, no qual a orientação política é classificada em dois polos opostos: Esquerda (Liberal) e Direita (Conservador). Apesar de ser simplista e ignorar os demais elementos do fenômeno, é a definição mais utilizada, justamente por sua simplicidade e facilidade de comparação. No segundo modelo, o bidimensional, os aspectos econômicos e sociais são elementos importantes que compõem o processo de orientação política. Este modelo, mesmo que inicial, permite compreender as dimensões que compõem a ideologia/sistema político e, conseqüentemente, influenciam a orientação política. No modelo bidimensional, a orientação política é, por vezes, concomitante com o processo de identificação política. O terceiro e último modelo é o Psicológico Político, no qual a orientação política é compreendida a partir de processos psicológicos e sociais, juntamente com os aspectos do modelo bidimensional. Dentro deste modelo, indicadores e/ou conceitos relacionados, como Autoritarismo de Direita (Altemeyer, 1981), Autoritarismo de Esquerda (Costello, 2022), Orientação para a Dominância Social (Pratto et al., 1994), Comportamento Eleitoral (Školník, 2020), tentam

explicar o comportamento político, a influência que sofrem e, conseqüentemente, como esses processos psicológicos afetam, diretamente ou indiretamente, a escolha da Orientação Política e seus processos conseqüentes (Identificação e Tolerância). Dessa maneira, o presente estudo adotará o modelo Psicológico Político, pois este se apresenta como o mais alinhado à proposta do estudo.

### **Bases Psicológicas Políticas**

#### **Teoria dos Fundamentos Morais**

Uma das formas de compreender o aspecto ideológico da orientação política é por meio da Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) (Haidt, 2012). Uma vez que pessoas com orientações políticas diferentes tendem a discordar quanto ao quesito moralidade (Hannikainen et al., 2017). A TFM atesta que a moralidade, enquanto fenômeno multifacetado, articula-se em quatro preceitos básicos: o nativismo, a aprendizagem cultural, a intuição e a pluralidade (Graham et al., 2011). Além disso, está estruturada em cinco fundamentos: Dano, Justiça, Pertencimento, Autoridade e Pureza. Destaca-se, ainda, que a relação do sujeito com a moral molda suas formas de manifestação; sendo assim, um ou mais fundamentos apresentam predominâncias sobre o outro (Graham et al, 2009; Silvino et al., 2016).

Em relação aos preceitos básicos, é importante pontuar as funções a que cada um se refere, pois são fatores que propiciam uma melhor compreensão do fenômeno a ser averiguado. O primeiro deles refere-se às características inatas dos fundamentos morais que são desenvolvidas nas primeiras fases do desenvolvimento (Haidt & Joseph, 2007), pois, apesar de serem inatas, estão suscetíveis à influência do meio e da cultura (Silvino et al, 2016). O segundo preceito diz respeito à influência que os fundamentos exercem sobre si mesmos, modificando, assim, as normas socioculturais impostas pelos próprios fundamentos morais (Graham et al., 2009). O terceiro preceito descreve que os juízos morais são

concebidos por processos inconscientes e automáticos, sendo julgados, inicialmente, como uma reação primária de acordo ou desacordo e, conseqüentemente, apresentando uma racionalização para justificar tal processo (Silvino et al, 2016; Haidt, 2001). Por fim, o quarto preceito diz respeito à adaptação evolutiva e à diversidade de problemas sociais que compõem o ambiente, bem como à seleção de uma pluralidade de mecanismos cognitivos para a solução desses problemas (Silvino et al., 2016).

Em relação aos cinco fundamentos, Graham et al. (2011) e Silvino et al. (2016) escrevem-nos da seguinte maneira: Cuidado – refere-se a dimensão do sofrimento, noção de cuidado com o próximo e compaixão; Justiça - dimensão da percepção que o sujeito possui sobre os conceitos de direito, justiça, cooperação, competição e desonestidade; Lealdade – dimensão que se relaciona com o engajamento e compromisso grupal, tais como: a lealdade, auto sacrifício e traições; Autoridade – descreve a dimensão relacionada a obrigação, obediência, respeito e cumprimento de deveres e hierarquias e, finalmente Pureza – cuja dimensão observa a influência de crenças religiosas ou não sobre autocontrole, desejos, castidade e salubridade. Além dos cinco fundamentos, há também dois grandes fundamentos que agrupam os cinco fundamentos inicialmente propostos (Graham et al., 2011). Esses fundamentos são: o Individualizante (cuidado e justiça) e o Coesivo (lealdade, autoridade e pureza). O Individualizante enfatiza a prevenção de sofrimento e a manutenção do bem-estar e da justiça. O Coesivo prioriza a coesão grupal e a manutenção da ordem social. Essa diferenciação mostra-se crucial para compreender que diferentes culturas, grupos e indivíduos podem valorizar normas, valores e comportamentos distintos (Iurino & Saucier, 2020).

Os autores da TFM, afirmam que não existe acordo na literatura quanto ao número preciso de fundamentos que compõem a moralidade, reforçando o ponto que a ampliação do seu arcabouço é, em certa medida, inevitável, à medida que a psicologia moral avança em termos teóricos e metodológicos e passa a disponibilizar de instrumentos mais refinados para

identificar novas dimensões morais. Nesse sentido, Atari et al. (2023), propôs o Questionário de Fundamentos Morais (QFM-II), como um instrumento mais refinado do QFM-I, dividindo o fundamento de justiça em dois novos fundamentos: Igualdade e Proporcionalidade. Essa divisão é proposta com a finalidade de corrigir uma limitação da TFM, que até então ignorava as preocupações das pessoas com desigualdades sistêmicas e fundia visões distintas de justiça em uma única categoria. Com essa separação, evidenciou-se que o novo fundamento igualdade opera essencialmente como um fundamento moral individualizante, pois foca no bem-estar da sociedade e na proteção dos indivíduos por meio da garantia de tratamentos, oportunidades e resultados idênticos para todos (Atari et al., 2023; Winkelkotte et al., 2025). Em contrapartida, o novo fundamento de proporcionalidade é tratado como um fundamento coesivo, uma vez que seu foco é estritamente na distribuição da recompensa ou punição em detrimento do mérito e do esforço individual (Atari et al., 2023; Wild et al., 2025).

O QFM-II no contexto brasileiro (Ramalho, Martins & Pilati, 2025) apresentou uma estrutura fatorial de cinco fatores: Igualdade, Cuidado, Proporcionalidade, Pureza e Autoridade/Lealdade. A fusão entre os fundamentos de autoridade e lealdade no contexto brasileiro indica que aspectos de ordem social e hierarquia são percebidos como únicos.

Aplicando a TFM à dimensão política, pode-se afirmar que diferentes orientações políticas decorrem da variação nos fundamentos morais dos indivíduos, o que revela diferenças intergrupais no julgamento moral (Haidt & Graham, 2007; Graham et al., 2009; Haidt & Joseph, 2011; Haidt, 2012). Orientações políticas mais liberais (esquerda) tendem a priorizar fundamentos como Cuidado e Justiça, enquanto orientações mais conservadoras (direita) priorizam fundamentos como o de Autoridade e Lealdade (Zacarias, Almeida & Modesto, 2024). Porém, estudos recentes apontam que, quando confrontados com dilemas morais específicos, liberais e conservadores podem apresentar julgamentos semelhantes, o que sugere que suas intuições morais não são tão divergentes quanto se pensava antes

(Blumenau & Lauderdale, 2025).

Dessa forma, a TFM oferece um escopo diverso para compreender a relação entre a orientação política e a corrupção. Levando-se em conta as diferenças morais entre as diferentes orientações políticas, tem-se como Hipótese 1 (H1: Diferentes orientações políticas possuem matrizes morais distintas, fazendo com que a sua percepção e intenção sejam diferentes acerca da corrupção. Hipótese 2 (H2): Os fundamentos de autoridade/lealdade, cuidado e igualdade associam-se positivamente a uma maior percepção de corrupção e associam-se negativamente à intenção de corrupção.

Não foram elaboradas hipóteses para os fundamentos de proporcionalidade e pureza, pois, como o QFM-II foi utilizado em sua estrutura abrangente, ambas as dimensões foram mantidas por integrarem o instrumento e por permitirem análises exploratórias complementares acerca da relação entre moralidade e corrupção.

### **Orientação à Dominância Social (Social Dominance Orientation – SDO)**

A Orientação à Dominação Social é um conceito fundamental na psicologia social e política, operando nas dimensões individuais, intergrupais e sistêmicas (Sidanius, Levin, Federico & Pratto, 2001). A SDO descreve que os indivíduos tendem a preferir hierarquias sociais, nas quais grupos dominantes exercem poder sobre grupos subordinados (Sidanius & Pratto, 1999). Indivíduos com alta SDO tendem a apoiar políticas e atitudes que reforçam desigualdades entre grupos, enquanto os com baixa SDO preferem relações mais igualitárias (Sidanius et al., 2006).

Vilanova et al. (2022) apontam três fatores centrais que predizem a SDO. O primeiro fator é a crença em um mundo competitivo e na busca constante por recursos. O segundo fator é a ocupação de altos cargos na hierarquia social, endossando discursos meritocráticos e/ou de superioridade social/moral/racial, além da manutenção do *status-quo*. O terceiro e último fator é a naturalização das desigualdades, no qual o ponto central é justificar por que certos grupos

e/ou indivíduos pertencem à respectiva classe.

Levando-se em conta a interseção entre a SDO e a moralidade e a política, no estudo realizado por Mena, Cardoso e Argimon (2021), os autores mapearam os valores sociopolíticos da SDO, que prediz e regula o discurso de ódio. A SDO tende a endossar a disseminação do discurso e da expressão de ódio. Já o autoritarismo está associado a um discurso de proibição. Além disso, em termos ideológicos, a SDO apresenta forte correlação com posições políticas conservadoras, especialmente aquelas associadas ao autoritarismo de direita e à oposição a políticas igualitárias (Jost et al., 2009). A SDO não é um fenômeno exclusivo de um espectro ideológico, podendo ser encontrada na RWA, LWA e em diferentes orientações políticas, dependendo do contexto social e político (Satherley et al., 2021; Kerr & Wilson, 2021).

Considerando que a corrupção é o uso indevido de poder para obter ganhos ilegais (Andersson & Heywood, 2009), a SDO emerge como uma variável relevante para explicar a motivação instrumental por trás do comportamento corrupto. Dessa maneira, o presente estudo visa testar a Hipótese 3 (H3): Maiores níveis de orientação à dominância social associam-se positivamente à intenção de corrupção e, complementarmente, a maior percepção de corrupção, indicando que disposições favoráveis à hierarquia e à desigualdade podem favorecer a racionalização instrumental do uso indevido do poder.

### **Autoritarismo de Direita (Right-Wing Authoritarianism – RWA)**

O Autoritarismo de Direita (RWA) foi proposto por Altmeyer (1981) e é um dos construtos que têm sido amplamente estudado na psicologia social como um fator determinante na formação de atitudes políticas e sociais. O autoritarismo de direita é frequentemente associado à adesão a normas tradicionais, à submissão à autoridade e ao apoio

a medidas punitivas contra aqueles que desafiam a ordem social estabelecida (Benjamin, 2016; Bizumic & Duckitt, 2018; Vilanova et al., 2022). Essa disposição não é apenas uma atitude política, mas também um traço de personalidade que molda como o indivíduo percebe ameaças sociais, interpreta normas morais e reage à diversidade cultural e política em que está inserido e envolvido (Duckitt et al., 2002).

No contexto mundial, em países como a África do Sul, Israel e os Estados Unidos, o autoritarismo de direita é composto por três componentes gerais. O primeiro é o autoritarismo, que pode ser conceituado como a adesão ou o apoio a medidas extremas, como punições violentas, severas ou que possam resultar em morte. O segundo componente é a obediência à autoridade, na qual indivíduos, comunidades ou a população se submetem e obedecem acriticamente às autoridades. O terceiro é o tradicionalismo, conceituado como a tendência a endossar e a manter valores e costumes morais tradicionais (Gray & Durrheim, 2006; Duckitt et al., 2010). Esses componentes podem operar em conjunto, fortalecendo a adesão à hierarquia social e a justificação de práticas punitivas e de exclusão de grupos minoritários ou contrários (Duckitt & Sibley, 2010).

No contexto brasileiro, a RWA é constituída por quatro componentes: os três componentes gerais e o quarto, a contestação a autoridades, caracterizada pelo comportamento de questionar, protestar e criticar figuras de autoridade (Vilanova et al., 2022; Vilanova et al., 2020). Apesar de a RWA estar sempre associada a uma direita política, trata-se de um comportamento político-social, podendo variar de acordo com o contexto ideológico e ser evidenciada em outras orientações do espectro político (Vilanova et al., 2022).

Dada a associação clássica do RWA com a submissão e a manutenção das normas tradicionais, tem-se como Hipótese 4 (H4): Maiores níveis de autoritarismo de direita associam-se a maior percepção de corrupção e a menor intenção de corrupção, dado o vínculo do construto com normas, ordem e defesa de estruturas tradicionais.

### **Autoritarismo de Esquerda (Left-Wing Authoritarianism – LWA)**

Apesar do autoritarismo ser em grande parte associado à direita política, estudos recentes (Conway et al., 2018; Costello et al., 2022) têm demonstrado que também tem sido manifestado em ideologias progressistas. Historicamente, governos “comunistas” autoritários, como a antiga URSS de Stálin, a revolução cubana de Fidel Castro e a República Popular da China, que surgiram a partir de movimentos revolucionários e “antissistêmicos”, demonstram que o autoritarismo se configura como um fenômeno presente também na esquerda política. A LWA configura-se como um constructo psicológico e político que descreve indivíduos cujas tendências autoritárias estão alinhadas com valores igualitários, progressistas ou revolucionários, apoiando medidas coercitivas, repressivas ou punitivas para impor visões igualitárias ou antissistêmicas (Costello et al., 2022)

De maneira semelhante à RWA, a LWA compartilha características estruturais como conformidade, censura e repressão a ideologias opostas. Porém, na tentativa de categorizar e sistematizar a LWA como um construto, Costello et al. (2023) identificaram três traços principais. O primeiro é a Agressão Anti-hierárquica, cujo intuito é desestruturar e eliminar as estruturas hierárquicas, mesmo que seja de forma coercitiva. O segundo traço é a Censura de Cima para Baixo, na qual “reflete motivações para exercer autoridade grupal (por exemplo, restrições governamentais à liberdade de expressão) como um meio de regular crenças e comportamentos tipicamente associados à direita” (Costello et. al, 2023, p.9). O terceiro traço é o Anticonvencionalismo, que apresenta um “absolutismo moral em relação a valores progressistas” (Costello et al., 2023, p.9), renunciando aos valores tradicionais vigentes e impondo, de forma violenta e autoritária, ideologias e crenças de esquerda.

Uma vez categorizada a LWA, é possível evidenciar semelhanças e diferenças em relação à RWA. No quesito semelhanças, tanto a RWA quanto a LWA compartilham

elementos centrais ao autoritarismo. Esses elementos são a conformidade e a uniformidade social, a censura, o preconceito e a represália contra grupos diferentes (sejam eles opostos e/ou minoritários), o absolutismo moral e o uso desmedido da força e da violência. Em relação às diferenças, Costello et al. (2022) descrevem que a RWA tende a endossar uma violência pró-sistema, reforçando as normas e tradições vigentes, bem como a justificação de ações e comportamentos como a brutalidade policial, o apoio e o financiamento de guerras, a legitimação da tortura e a maior descredibilização da ciência. Já a LWA tende a ser uma violência antissistema, estimulando protestos de alto nível de violência, medidas radicais para impor ideais e atos de terrorismo contra o Estado.

A incorporação do LWA é fundamental para superar a visão de que traços autoritários ou antidemocráticos são exclusivos de um único polo ideológico. Ao investigar o autoritarismo de esquerda, o presente estudo tem como Hipótese 5 (H5): Maiores níveis de autoritarismo de esquerda associam-se a maior percepção de corrupção e a menor intenção de corrupção, em razão de sua tendência a interpretar instituições e hierarquias estabelecidas como potencialmente opressoras ou ilegítimas.

### **Teoria dos Fundamentos Morais e Orientação Política**

A compreensão das divergências ideológicas exige uma análise que vá além das preferências partidárias, adentrando as bases psicológicas que sustentam o julgamento moral. Nesse contexto, a Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) oferece um arcabouço teórico, segundo o qual a moralidade humana não é monolítica, mas sim multidimensional (J. G. Modesto et al., 2020).

O padrão mais amplamente replicado na literatura, inclusive no contexto brasileiro, sugere uma assimetria no endosso moral. Indivíduos que se identificam com a esquerda política tendem a apresentar índices mais elevados nos fundamentos individualizantes, priorizando preocupações relacionadas ao bem-estar, à prevenção do sofrimento e à defesa da

equidade e dos direitos individuais (Kivikangas et al., 2020; J. G. Modesto et al., 2020). Em contraste, indivíduos à direita demonstram uma "vantagem" nos fundamentos coesivos, valorizando significativamente mais a defesa do grupo (lealdade), a manutenção da hierarquia e do status quo (autoridade) e a purificação física ou espiritual (pureza) do que seus oponentes políticos, ao mesmo tempo em que mantêm níveis de endosso aos fundamentos individualizantes (Kivikangas et al., 2020; J. G. Modesto et al., 2020).

A metanálise realizada por Kivikangas et al. (2020) confirma a robustez da "Suposição de Direção" dessa relação: o conservadorismo político está negativamente associado aos fundamentos de cuidado e justiça e positivamente associado a lealdade, autoridade e pureza. Adicionalmente, observa-se uma "Suposição de Magnitude", na qual as associações entre orientação política e o fundamento cuidado tendem a ser as mais fracas, enquanto as associações com autoridade e pureza são consistentemente as mais fortes, indicando que estes são os domínios de maior conflito moral. O conservadorismo social e econômico parece ter raízes motivacionais distintas. O conservadorismo social (resistência à mudança) está fortemente ligado ao Autoritarismo de Direita (RWA), que, por sua vez, se associa à preferência por conformidade, ordem e segurança diante de ameaças. Já o conservadorismo econômico (aceitação da desigualdade) alinha-se mais à Orientação para a Dominância Social (SDO), refletindo uma visão de mundo competitiva. A literatura indica que o RWA prediz fortemente a adesão aos fundamentos vinculativos (lealdade, autoridade, pureza), enquanto a SDO se correlaciona negativamente com os fundamentos individualizantes (cuidado, justiça). (Grünhage & Reuter, 2020)

Portanto, a orientação política não é apenas uma escolha racional de políticas, mas uma expressão de intuições morais profundas que definem como os indivíduos percebem ameaças, hierarquias e a própria estrutura da sociedade.

## Corrupção e Orientação Política

Com o intuito de aprofundar a relação entre corrupção e orientação política, o estudo de Vilanova et al. (2022) propôs um modelo psicossocial para explicar as atitudes e intenções relacionadas à corrupção, incorporando fatores ideológicos, como a orientação à dominância social (SDO) e o autoritarismo de direita (RWA). O estudo demonstra que indivíduos com elevados níveis de SDO percebem a corrupção como um meio de manter seu domínio social e seus privilégios, alinhando-se às motivações de competitividade e de afirmação do poder (Tan et al., 2016). Por sua vez, indivíduos com alta propensão ao RWA tendem a expressar atitudes de condenação moral à corrupção, apoiando normas conservadoras, ordens sociais e valores tradicionais, regulando, assim, suas reações morais em relação aos atos corruptos (Vilanova et al., 2022).

No mesmo sentido, o estudo de Pilati et al. (2025) evidencia que a orientação política influencia a forma como os indivíduos avaliam comportamentos considerados corruptos. A forma como a orientação política é categorizada funciona como um viés de grupo (Modesto, 2018). Os indivíduos tendem a avaliar políticos de mesma orientação ideológica como menos corruptos, reforçando o conceito de favoritismo em função da identidade ideológica. Essa tendência é observada tanto na avaliação de cenários políticos quanto na percepção geral de corrupção, em que indivíduos de orientação de esquerda, por exemplo, mostram-se mais propensos a perceber políticos de direita como mais corruptos do que seus próprios candidatos ou políticos de esquerda.

Outro aspecto destacado no estudo é que a orientação política não atua isoladamente, mas interage com variáveis psicológicas e culturais, como a crença no mundo justo (CMJ), SDO, confiança nas instituições e o *jeitinho* brasileiro, moldando as percepções e atitudes perante a corrupção. “O *jeitinho* é um padrão comportamental brasileiro definido como um mecanismo engenhoso de resolução de problemas, utilizado em contextos desafiadores ou

restritivos que exigem criatividade e habilidade social, frequentemente permeado por engano, astúcia e violações de normas para alcançar objetivos importantes que, de outra forma, não seriam atingidos” (Pilati et al., 2025, p.2). Por exemplo, a confiança nas instituições políticas e a cultura de *Jeitinho* podem aumentar a percepção de corrupção ao criar um ambiente de desconfiança social, reforçando o viés de que políticos pertencentes a grupos adversários são vistos como mais propensos a práticas corruptas.

Adicionalmente, os achados indicam que a orientação política também influencia a avaliação da corrupção não apenas pela comparação direta com atores políticos, mas também por meio de mecanismos emocionais e cognitivos, como o favoritismo endogrupo, o fortalecimento de estereótipos e a construção de narrativas de antipatia ou de lealdade política. Pessoas com orientação de esquerda, por exemplo, tendem a ser mais críticas aos políticos de direita e a considerar a corrupção uma prática mais típica daquele espectro político, muitas vezes originada de uma posição ideológica que a associa a uma estratégia de deslegitimação do adversário ou de reforço de sua própria pauta. Já as pessoas de direita podem perceber a corrupção de forma mais moderada ou menos significativa, dependendo do alinhamento com seus representantes ou com o discurso predominante na mídia.

O Modelo Analítico de Corrupção permite compreender o fenômeno da corrupção de forma multidimensional. A orientação política, por sua vez, é uma variável psicossocial que opera em todos esses níveis, influenciando diretamente a forma como a corrupção é percebida, avaliada e moralmente justificada (Kivikangas et al., 2021; Garneau & Schwadel, 2022). No nível micro, diferentes orientações políticas estão associadas a distintos perfis morais e traços psicológicos: indivíduos de esquerda tendem a valorizar mais os fundamentos individualizantes, enquanto os de direita dão maior importância aos fundamentos coesivos (Graham et al., 2009; Haidt & Joseph, 2007; Haidt & Graham, 2007; Silvino et al., 2016). Essa diferenciação moral modula o grau de intolerância ou de permissividade diante de

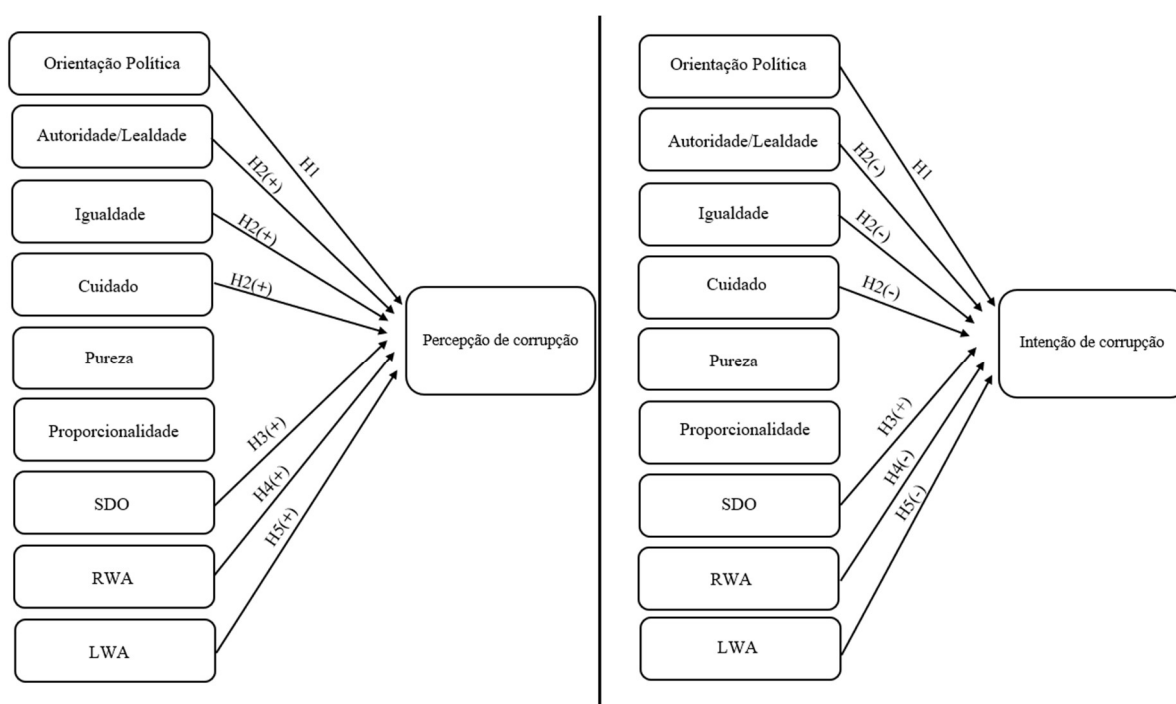
comportamentos corruptos (Pozsgai-Alvarez, 2022; Vilanova et al., 2022). No nível meso, a orientação política se manifesta por meio da identificação com grupos partidários, intensificando a polarização e favorecendo o viés de endogrupo, no qual a corrupção praticada por aliados ideológicos tende a ser minimizada ou justificada (Darley, 2005; Tajfel, 1981; Gloria & Modesto, 2019). Já no nível macro, a cultura política dominante e as instituições refletem e reforçam essas orientações ideológicas, moldando normas sociais sobre o que é aceitável ou condenável no exercício do poder (Damijan, 2023; Zimelis, 2020). A dimensão posicional, por sua vez, também é atravessada pela orientação política, uma vez que o julgamento moral sobre o uso indevido do poder frequentemente depende do alinhamento ideológico com o agente envolvido (Školník, 2020; Graham et al., 2011).

Articulando o nível micro do MAC e a orientação política para explicar uma das facetas do comportamento corrupto (Figura 2), o objetivo deste estudo é analisar como as diferentes orientações políticas se relacionam com a percepção e intenção de corrupção, analisando os fatores intraindividuais, isto é, a compreensão de elementos disposicionais (traços ideológicos e psicossociais) que articulam tanto a forma como o indivíduo percebe o fenômeno da corrupção quanto sua disposição a engajar-se nela, oferecendo uma análise integrada. Nesse sentido, a partir da literatura revisada e por meio das justificativas já apresentadas, são as seguintes hipóteses que guiam esse estudo: H1: Diferentes orientações políticas possuem matrizes morais distintas, fazendo com que a sua percepção e intenção sejam diferentes acerca da corrupção. H2: Os fundamentos de autoridade/lealdade, cuidado e igualdade associam-se positivamente a uma maior percepção de corrupção e que estejam negativamente associados à intenção de corrupção. H3: Maiores níveis de orientação à dominância social associam-se positivamente à intenção de corrupção e, complementarmente, a maior percepção de corrupção, indicando que disposições favoráveis à hierarquia e à desigualdade podem favorecer a racionalização instrumental do uso indevido do poder. H4:

Maiores níveis de autoritarismo de direita associam-se a maior percepção de corrupção e a menor intenção de corrupção, dado o vínculo do construto com normas, ordem e defesa de estruturas tradicionais. H5: Maiores níveis de autoritarismo de esquerda associam-se a maior percepção de corrupção e a menor intenção de corrupção, em razão de sua tendência a interpretar instituições e hierarquias estabelecidas como potencialmente opressoras ou ilegítimas.

## Figura 2.

*Fatores Intraindividuais da Percepção e Intenção de Corrupção.*



## Método

### Participantes

Participaram do estudo 460 pessoas: A idade variou de 18 a 71 anos, com média de 31,9 (DP = 9,27). A maioria dos respondentes se identificou como mulher cisgênero ou transgênero (63,7%), seguida por homens cisgênero ou transgênero (33,7%). No que se refere

à escolaridade, a maioria possui ensino superior completo (37%), seguida de pós-graduação (27,8%) e ensino médio completo (17,4%). Em relação à renda mensal, 34,8% recebem entre R\$1.001 e R\$5.000, 33,7% recebem entre R\$5.001 e R\$10.000 e 26,1% recebem acima de R\$10.000.

## **Instrumentos**

**Escala Geral de Corrupção – EGC** (Anexo A): Modesto et al. (2026), cujo objetivo é avaliar a percepção e endosso a corrupção. A escala é constituída por 27 itens e dividida em dois fatores: Percepção de Corrupção e Apoio à Corrupção. O primeiro fator é constituído por nove afirmativas e tem por intuito avaliar a percepção do participante acerca do quão corruptos são os cidadãos brasileiros, os políticos e os servidores públicos em geral. Para cada afirmativa, utiliza-se uma escala de um (1= discordo totalmente) a cinco (5= concordo totalmente). O segundo fator é constituído de 18 situações nas quais o participante avalia o quão tolerável é aquela ação corrupta, também utilizando-se de uma escala de um (1= discordo totalmente) a cinco (5= concordo totalmente). A escala apresentou consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,92$ ) e para seus respectivos fatores ( $\alpha = 0,90$  e  $0,95$  para Percepção de Corrupção e Apoio a Corrupção, respectivamente).

**Corruption Intention Scale - CIS** (Anexo B): desenvolvida por Ponce-Díaz et al. (2025) tem como finalidade mensurar a propensão individual a se envolver em comportamentos corruptos em diferentes contextos cotidianos. A versão utilizada neste estudo foi uma tradução própria para fins da pesquisa, empregada como adaptação linguística preliminar do instrumento original, sem adaptação para o contexto brasileiro. A escala busca compreender o grau de intenção de um indivíduo em praticar atos corruptos, considerando situações que envolvem favorecimento indevido, abuso de poder, suborno e troca de favores. A escala é composta por 15 itens organizados em três dimensões: controle comportamental percebido (PBC), atitude em relação ao comportamento (ATB) e normas subjetivas (SN). Os

participantes devem responder com base na intenção de agir em cada situação descrita, utilizando uma escala tipo Likert de 1 (nenhuma intenção) a 5 (forte intenção). A escala apresentou neste estudo consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,87$ ) bem como para seus respectivos fatores ( $\alpha = 0,81$ ,  $0,81$  e  $0,89$  para ATB, SN e PBC respectivamente).

Cabe explicitar, contudo, que há uma tensão conceitual entre a moldura teórica subjacente à CIS e a definição de corrupção adotada neste estudo. Enquanto a escala foi construída a partir do conceito de corrupção proposto pela Transparência Internacional (Transparency International, 2023), a presente pesquisa adota, em consonância com o MAC, a definição de Andersson e Heywood (2009), corrupção como uso indevido de poder para obtenção de ganhos ilegais. Essa diferença não invalida o uso do instrumento. Neste estudo, a CIS foi empregada como uma aproximação operacional da intenção de corrupção, isto é, como medida empírica da disposição para engajar-se em condutas que envolvem o uso indevido e abuso de poder, ainda que não haja correspondência conceitual entre a definição da CIS e a operacionalização teórica do presente estudo. Assim, o uso da CIS deve ser compreendido como uma delimitação metodológica e, ao mesmo tempo, como uma limitação interpretativa do estudo.

**Questionário de Fundamentos Morais 2 - QFM II (Anexo C):** desenvolvido por Atari et al. (2023) com adaptação e validação para o contexto brasileiro (Anexo H; Ramalho, Martins & Pilati, 2025). Busca evidenciar os fundamentos morais que constituem a orientação política dos participantes. O QFM II é constituído de 30 itens e divididos em cinco fatores: Autoridade/Lealdade; Igualdade; Cuidado; Pureza e Proporcionalidade. O participante julga moralmente o quanto cada afirmativa o descreve ou reflete suas opiniões. Para cada afirmativa é utilizado uma escala de um (1= descreve-me ligeiramente) a cinco (5= descreve-me extremamente bem). A escala apresentou neste estudo consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,88$ ) assim como seus respectivos fatores Autoridade/Lealdade ( $\alpha = 0,84$ ), Igualdade ( $\alpha$

=0,85), Cuidado ( $\alpha = 0,84$ ), Pureza ( $\alpha = 0,73$ ) e Proporcionalidade ( $\alpha = 0,72$ ).

**Escala de Orientação à Dominância Social – SDO** (Anexo D): em sua versão adaptada para o contexto brasileiro por Vilanova et al. (2022), tem como principal objetivo mensurar o grau em que os indivíduos endossam hierarquias sociais e desigualdades entre grupos, refletindo uma orientação ideológica que legitima práticas de dominação ou de igualdade intergrupais. A escala é composta por 8 itens. Os itens foram organizados em uma escala Likert de 7 pontos, variando de 1 ("discordo totalmente") a 7 ("concordo totalmente"). A escala apresentou neste estudo consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,83$ ).

**Escala de Autoritarismo de Direita – RWA** (Anexo E): em sua versão reduzida. O instrumento foi adaptado e apresentou evidências de validade no contexto brasileiro (Vilanova et al., 2023). O objetivo do instrumento é avaliar o nível de autoritarismo decorrente de crenças associadas a orientações políticas de direita. A escala é constituída por 12 itens e distribuída entre quatro fatores teóricos da RWA: Autoritarismo, Contestação à Autoridade, Tradicionalismo e Submissão à Autoridade. Para cada item é utilizado uma escala de um (1= discordo totalmente) a cinco (5= concordo totalmente). A escala apresentou, neste estudo, consistência interna aceitável ( $\alpha = 0,60$ ) e para seus respectivos fatores ( $\alpha = 0,74, 0,80, 0,78$  e  $0,79$  para Autoritarismo, Contestação à Autoridade, Tradicionalismo e Submissão à Autoridade, respectivamente).

**Escala de Autoritarismo de Esquerda – LWA** (Anexo F): Elaborada por Costello et al. (2023) tem como finalidade mensurar a tendência de indivíduos a adotar atitudes autoritárias a partir de uma perspectiva ideológica de esquerda. Ela foi desenvolvida como forma de avaliar o autoritarismo em indivíduos que defendem valores igualitários, mas estão dispostos a empregar coerção, intolerância e submissão a líderes para alcançar esses objetivos. A escala busca capturar três dimensões centrais do LWA: o desejo de derrubar hierarquias percebidas como opressoras, a oposição a normas e valores conservadores, e o apoio a líderes

autoritários de esquerda. A escala é composta por 13 itens distribuídos entre os três fatores teóricos do LWA: anti-hierarquia, anti-convencionalismo e autoritarismo punitivo. Os itens são respondidos em uma escala do tipo Likert, sendo um (1 = discordo totalmente) a sete (7 = concordo totalmente). A escala apresentou, neste estudo, consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,90$ ).

A decisão de tratar a LWA como um construto unifatorial decorre tanto de evidências empíricas quanto de recomendações metodológicas. Costello et al. (2022) demonstram que, embora seja possível identificar subdimensões da LWA, estas apresentam alta correlação entre si, o que torna defensável a sua modelagem como um fator único em análises aplicadas. Field (2013) e Tabachnick e Fidell (2019) destacam que a simplificação do modelo em casos de multicolinearidade não apenas preserva a robustez das análises, mas também garante maior clareza interpretativa. Assim, a manutenção do LWA como unifatorial assegura consistência teórica e estabilidade estatística, evitando redundância e fortalecendo a validade preditiva das regressões conduzidas.

**Demográficos** (Anexo G), por fim, o participante declarou seu gênero, idade, etnia, renda familiar, nível de escolaridade, religião, estado de residência e orientação política, configurando-se esse último em dois itens: Como você se identifica em uma perspectiva econômica? 0=Nada Liberal (Sou a favor da interferência do Estado na economia) a 10= Totalmente Liberal (Sou contra a interferência do Estado na economia). Como você se identifica em uma perspectiva social? 0=Totalmente Conservador (Valorizo fortemente as tradições e valores estabelecidos, assim como mudanças lentas e graduais na sociedade) a 10=Totalmente Progressista (Valorizo fortemente as mudanças sociais, a luta por direitos igualitários e questiono as tradições estabelecidas).

### **Procedimento de coleta e análise de dados**

O procedimento de coleta de dados foi realizado de forma online. O questionário foi

elaborado e disponibilizado na plataforma SoSci, e a coleta foi realizada por meio da empresa BeSample, especializada em amostragem digital estratificada. A análise dos dados incluiu, inicialmente, estatísticas descritivas e análises de fiabilidade para avaliar a confiabilidade das escalas. Em seguida, foram realizadas correlações de Pearson entre as variáveis dependentes (Percepção de Corrupção e Intenção de Corrupção) e as variáveis independentes individuais. Em seguida, foram realizadas duas análises de regressão linear múltipla: uma com a Percepção de Corrupção como variável dependente e outra com a Intenção de Corrupção. Em ambas as análises, as variáveis independentes incluíram as escalas SDO, os quatro fatores do RWA (autoritarismo, contestação à autoridade, tradicionalismo e submissão à autoridade), a LWA e a orientação política dos participantes. A normalidade dos resíduos foi avaliada, e a ausência de autocorrelação foi verificada pelo teste de Durbin-Watson. Também foram avaliados os valores de VIF e de tolerância para o diagnóstico de multicolinearidade, bem como os índices de condição e a proporção de variância compartilhada.

## Resultados

Foram calculadas correlações bivariadas de Pearson entre todas as variáveis para avaliar o padrão geral das relações. A Tabela 1 apresenta tais correlações. Verifica-se inicialmente que a percepção de corrupção (PC) apresentou correlação positiva e moderada com o fator normas subjetivas da CIS ( $r = 0.50; p < .001$ ), indicando que níveis mais elevados de normas subjetivas associaram-se a maiores níveis de percepção de corrupção.

No que se refere à intenção de corrupção, operacionalizada por CIS–PBC (Controle Comportamental Percebido), verificaram-se correlações positivas com: CIS–ATB ( $r = 0,46; p < 0,001$ ), CIS–SN ( $r = 0,44; p < 0,001$ ) e SC ( $r = 0,40; p < 0,001$ ). Esses resultados indicam que atitudes mais favoráveis ao comportamento corrupto, maior pressão/aceitação normativa e maior suporte à corrupção estão associados a maior intenção de engajar-se no comportamento

corrupto. Além disso, entre os indicadores político-ideológicos, a SDO correlacionou-se positivamente com a CIS–PBC ( $r = 0,30; p < 0,001$ ), sugerindo que quanto maior for a orientação à dominância social, maior a intenção em agir de maneira corrupta.

Constataram-se também correlações positivas da CIS–ATB com a CIS–SN ( $r = 0,39; p < 0,001$ ) e com SC ( $r = 0,39; p < 0,001$ ), evidenciando convergência entre atitudes, normas subjetivas e suporte à corrupção. Ainda, SC apresentou correlação positiva com SDO ( $r = 0,40; p < 0,001$ ), apontando que maior suporte à corrupção se associou a níveis mais altos de orientação à dominância social.

**Tabela 1**

*Correlações entre os antecedentes disposicionais e os indicadores de percepção e intenção de corrupção.*

Variáveis	M	DP	PC	CIS - PBC	CIS - ATB	CIS - SN	SC	A/L	I	C	Pu	Pr	SDO	RWA - AUT	RWA - CA	RWA - Trad	RWA - SA	LWA
PC	3.55	1.02	—															
CIS - PBC	2.66	1.15	0.26**	—														
CIS - ATB	1.89	0.88	0.10*	0.46**	—													
CIS - SN	2.93	1.21	0.50**	0.44**	0.39**	—												
SC	3.65	0.74	0.18**	0.40**	0.39**	0.20**	—											
A/L	3.24	1.05	0.11*	0.07	-0.06	0.08	0.03	—										
I	4.14	0.68	0.05	0.17**	0.17**	0.03	0.21**	0.21**	—									
C	3.06	1.07	0.14	-0.05	-0.18**	0.05	-0.06	0.50**	0.33**	—								
Pu	3.86	0.79	0.13	0.08	-0.03	0.06	0.18**	0.55**	-0.02	0.23**	—							
Pr	1.85	0.94	0.07	0.10*	0.009	0.08	0.01	0.38**	0.15	0.32**	0.29**	—						
SDO	3.78	0.95	0.23**	0.30***	0.28**	0.25**	0.40**	0.30**	0.31**	0.12	0.27**	0.16**	—					
RWA - AUT	4.07	0.91	0.17**	0.09*	-0.06	0.14	0.05	0.43**	0.03	0.20**	0.32**	0.20**	0.23**	—				
RWA - CA	3.14	1.14	0.20**	0.19**	0.26**	0.22**	0.18**	-0.009	0.11*	0.01	-0.009	0.03	0.19**	0.08	—			
RWA - Trad	3.87	1.10	0.05	0.05	0.15**	0.06	-0.02	-0.08	0.24**	0.11*	-0.49**	0.07	0.01	-0.002	0.26**	—		
RWA - SA	3.00	1.00	0.04	0.06	0.06	0.01	0.21**	0.45**	0.18**	0.12	0.35**	0.17**	0.32**	0.29**	-0.06	0.18**	—	
LWA	3.05	0.97	0.10*	0.17**	0.14	0.06	0.25**	0.10*	0.49**	0.20**	-0.10*	0.11*	0.25**	0.15**	0.17**	0.13	0.18**	—

Nota. \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .001$ . PC (Perception of Corruption); CIS - PBC (Controle Comportamental Percebido); CIS - ATB (Atitude em Relação ao Comportamento); CIS - SN (Normas Subjetivas); SC (Support for Corruption); A/L (Autoridade/Lealdade); I (Igualdade); C (Cuidado); Pu (Pureza); Pr (Proporcionalidade); RWA - AUT (Autoritarismo de Direita - Autoritarismo); RWA - CA (Autoritarismo de Direita - Contestação à Autoridade); RWA - Trad (Autoritarismo de Direita - Tradicionalismo); RWA - SA (Autoritarismo de Direita - Submissão à Autoridade) e LWA (Autoritarismo de Esquerda).

Para testar os efeitos principais, foram conduzidas duas regressões múltiplas lineares, tendo como variáveis critério a percepção de corrupção e a intenção de corrupção. Em ambos os modelos, foram incluídos como preditores a orientação política, SDO, RWA, LWA e os fundamentos morais. Não foram incluídas variáveis sociodemográficas, uma vez que o objetivo central da análise foi testar a contribuição específica de variáveis psicopolíticas e morais.

Na regressão linear múltipla para prever a Percepção de Corrupção (Tabela 2), incluindo simultaneamente como preditores os grupos de orientação política, os fundamentos morais e os indicadores ideológicos (SDO, RWA e LWA). O modelo apresentou ajuste global significativo,  $F(13, 446) = 4,72$ ,  $p < 0,001$ , com  $R = 0,34$ ,  $R^2 = 0,12$  e  $RMSE = 0,958$ , indicando que o conjunto de preditores explicou aproximadamente 12,1% da variância da percepção de corrupção.

No nível dos preditores, observaram-se quatro efeitos significativos, todos positivos: Cuidado ( $b = 0,19$ ; IC95% [0,03; 0,36];  $p = 0,01$ ), SDO ( $b = 0,18$ ; IC95% [0,07; 0,29];  $p = 0,001$ ), RWA–Autoritarismo ( $b = 0,11$ ; IC95% [0,006; 0,23];  $p = 0,03$ ) e RWA–Contestação à Autoridade ( $b = 0,11$ ; IC95% [0,03; 0,20];  $p = 0,007$ ), apresentando uma maior predição de percepção de corrupção. O gráfico de médias marginais estimadas (Figura 3) demonstra que à medida que SDO aumenta, aumenta também a percepção nos três grupos políticos; as linhas são aproximadamente paralelas, sugerindo que o fenômeno é predominantemente de efeito principal (SDO elevando os desfechos independentemente do grupo).

Quanto aos pressupostos, não houve evidência de autocorrelação dos resíduos (Durbin–Watson = 2,05;  $p = 0,57$ ), e os indicadores de colinearidade foram baixos (VIFs entre 1,10 e 1,54), sugerindo ausência de multicolinearidade problemática; por outro lado, o teste de normalidade indicou desvio da normalidade dos resíduos (Shapiro–Wilk = 0,979;  $p < 0,001$ ), consistente com a inspeção visual do gráfico Q-Q indicando que os resíduos seguem

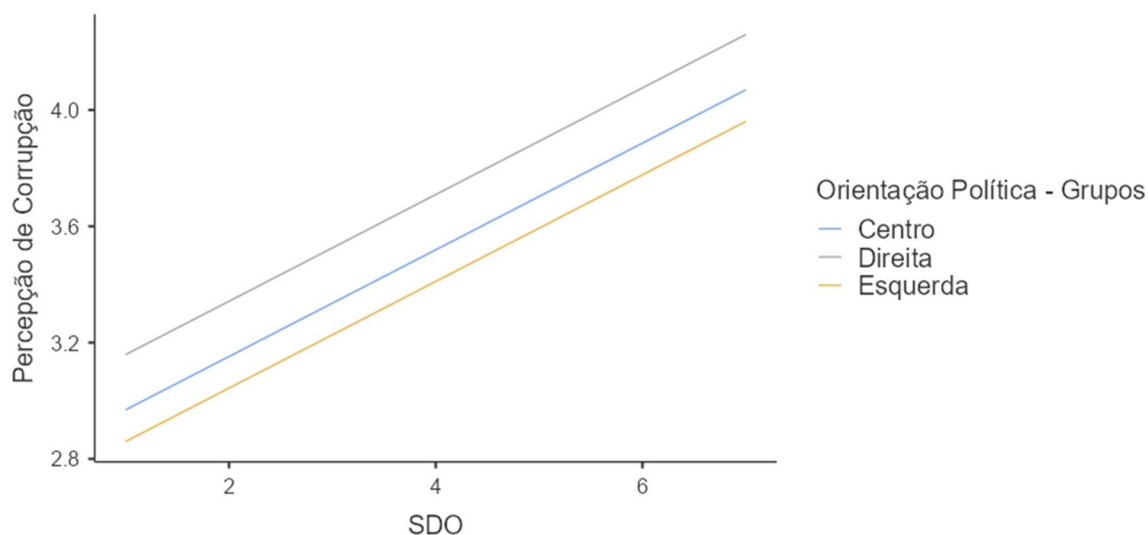
aproximadamente uma distribuição normal, com desvios leves nas caudas.

**Tabela 2***Regressão Linear Múltipla Predizendo Percepção de Corrupção*

Preditor	$\beta$	Erro-padrão	Intervalo de Confiança a 95%		t	p
			Lim. Inferior	Superior		
Intercepto	1.28	0.38	0.51	20.5	3.29	0.001
Orientação Política - Grupos:						
Direita – Centro	0.19	0.10	-0.02	0.40	1.75	0.08
Esquerda – Centro	-0.10	0.15	-0.41	0.20	-0.69	0.49
Autoridade/Lealdade	-0.11	0.09	-0.29	0.07	-1.20	0.23
Igualdade	-0.04	0.05	-0.15	0.06	-0.83	0.40
Cuidado	0.19	0.08	0.03	0.36	2.38	0.01
Pureza	0.07	0.06	-0.04	0.20	1.95	0.23
Proporcionalidade	-0.02	0.06	-0.15	-0.09	-0.44	0.65
SDO	0.18	0.05	0.07	0.29	3.26	<.001
RWA - Autoritarismo	0.11	0.05	0.06	0.23	2.07	0.03
RWA - Contestação à Autoridade	0.11	0.04	0.03	0.20	2.69	0.007
RWA - Tradicionalismo	0.05	0.05	-0.05	0.16	0.95	0.34
RWA - Submissão à Autoridade	-0.04	0.05	-0.15	0.06	-0.84	0.39
LWA	0.06	0.05	-0.005	0.17	1.04	0.29
Modelo 2						
R	0.34					
R <sup>2</sup>	0.12					
R <sup>2</sup> ajustado	0.09					

**Figura 3.**

*Predição da Percepção de Corrupção em função da SDO por Orientação Política*



A segunda regressão linear (Tabela 3) para prever a intenção de corrupção (operacionalizada por CIS–PBC) a partir da orientação política, dos fundamentos morais e dos indicadores ideológicos (SDO, RWA e LWA), apresentou ajuste global significativo,  $F(13, 446) = 6,06$ ,  $p < 0,001$ , com  $R = 0,388$  e  $R^2 = 0,150$ , indicando que o conjunto de preditores explicou 15,0% da variância da intenção de corrupção.

No nível dos preditores, observaram-se quatro efeitos significativos, três positivos e um negativo. A intenção de corrupção foi predita positivamente por Igualdade ( $b = 0,12$ ; IC95% [0,001; 0,24];  $p = 0,04$ ), por SDO ( $b = 0,27$ ; IC95% [0,14; 0,39];  $p < 0,01$ ) e por RWA–Contestação à Autoridade ( $b = 0,11$ ; IC95% [0,02; 0,21];  $p = 0,01$ ). Em contraste, Cuidado apresentou efeito negativo ( $b = -0,30$ ; IC95% [-0,48; -0,12];  $p = 0,001$ ), indicando que, controladas as demais variáveis do modelo, maiores escores em Cuidado estiveram associados a menor intenção de corrupção, ao passo que maiores níveis de Igualdade, SDO e contestação à autoridade estiveram associados a maior intenção de corrupção. O gráfico de médias marginais estimadas (Figura 4) demonstra que à medida que SDO aumenta, aumenta

também a intenção nos três grupos políticos; as linhas são aproximadamente paralelas, sugerindo que o fenômeno é predominantemente de efeito principal (SDO elevando os desfechos independentemente do grupo).

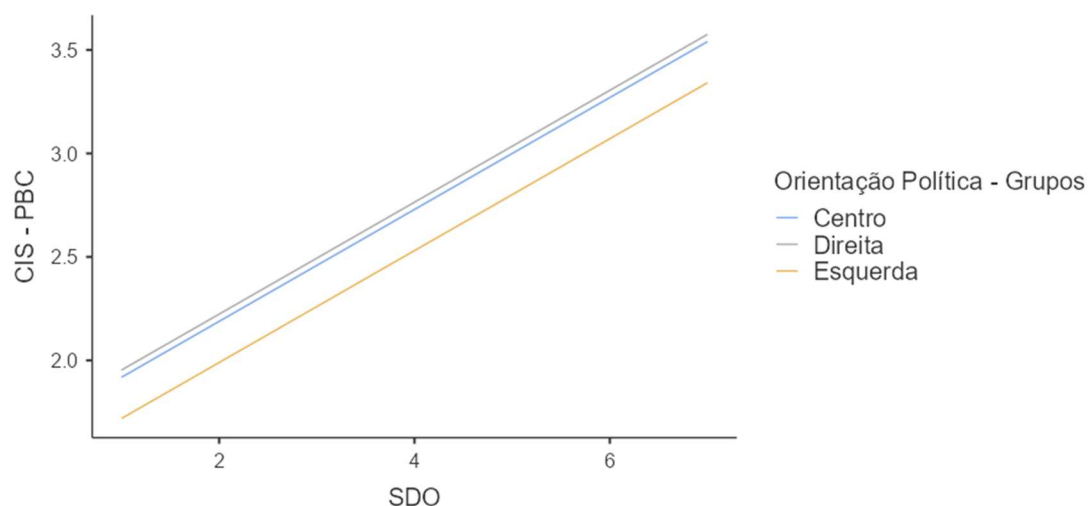
Quanto aos diagnósticos, não houve evidência de autocorrelação dos resíduos (Durbin–Watson = 1,98;  $p = 0,818$ ). As estatísticas de colinearidade indicaram ausência de multicolinearidade problemática (VIFs entre 1,10 e 1,54). Por outro lado, o teste de normalidade dos resíduos indicou desvio da normalidade (Shapiro–Wilk = 0,986;  $p < 0,001$ ), coerente com o gráfico Q–Q, que sugere discrepâncias principalmente nas caudas. Além disso, os valores de influência (Distância de Cook) foram, em geral, baixos (média = 0,00248; máximo = 0,0231), sugerindo ausência de casos altamente influentes.

**Tabela 3***Regressão Linear Múltipla Predizendo Intenção de Corrupção*

Preditor	$\beta$	Erro-padrão	Intervalo de Confiança a 95%		t	p
			Lim. Inferior	Superior		
Intercepto	1.15	0.43	0.30	2.00	2.66	0.008
Orientação Política - Grupos:						
Direita – Centro	0.03	0.12	-0.20	0.27	0.29	0.77
Esquerda – Centro	-0.19	0.17	-0.54	0.14	-1.13	0.25
Autoridade/Lealdade	0.01	0.10	-0.18	0.22	0.18	0.85
Igualdade	0.12	0.06	-0.001	0.24	1.99	0.04
Cuidado	-0.30	0.09	-0.48	-0.12	-3.27	0.001
Pureza	0.04	0.07	-0.09	0.18	0.67	0.50
Proporcionalidade	0.11	0.07	-0.02	0.25	1.58	0.11
SDO	0.27	0.06	0.14	0.39	4.33	<.001
RWA - Autoritarismo	0.03	0.06	-0.08	0.16	0.61	0.53
RWA - Contestação à Autoridade	0.11	0.04	0.02	0.21	2.42	0.01
RWA - Tradicionalismo	0.01	0.06	-0.10	0.13	0.22	0.82
RWA - Submissão à Autoridade	-0.06	0.06	-0.18	0.04	-1.14	0.25
LWA	0.10	0.06	-0.02	0.23	1.64	0.10
Modelo 2						
R	0.38					
R <sup>2</sup>	0.15					
R <sup>2</sup> ajustado	0.12					

**Figura 4.**

*Predição da Intenção de Corrupção em função da SDO por Orientação Política*



### **Discussão**

O presente estudo teve como objetivo analisar como diferentes orientações políticas se relacionam com a percepção e a intenção de corrupção. De modo geral, esse objetivo foi alcançado, na medida em que os resultados evidenciaram predições entre as variáveis ideológicas e disposicionais nos dois desfechos investigados. Contudo, os resultados indicam que essa relação não se expressa simplesmente pela pertença a grupos políticos distintos (direita, centro e esquerda), ao contrário, ela se expressa por meio de dimensões ideológicas específicas (principalmente pelos componentes do autoritarismo da RWA) e por questões disposicionais como a SDO e certos fundamentos morais, que explicam diferenças na percepção e na intenção mesmo quando a categorização político-grupal é controlada no modelo. Assim, os resultados permitem sustentar que a orientação política se relaciona com a corrupção, mas de maneira mais bem capturada por traços e disposições psicológicas subjacentes do que por grupos políticos gerais.

Inicialmente, o desempenho geral dos modelos de percepção e intenção de corrupção

indicam que, embora os preditores incluídos sejam teoricamente relevantes, eles explicam uma parcela modesta da variância dos desfechos: para percepção de corrupção (PC), o modelo foi significativo e explicou cerca de 12% da variância; para intenção de corrupção (CIS–PBC), o modelo também foi significativo e explicou cerca de 15%. Isso sugere que percepção e intenção de corrupção são fenômenos multifatoriais e que, além das disposições morais e orientações ideológicas mensuradas, outras variáveis contextuais provavelmente desempenham papel relevante na sua mensuração.

No que diz respeito à H1, de que diferentes orientações políticas teriam matrizes morais distintas implicando diferenças na percepção e intenção, os resultados são limitados quando se olha para os efeitos independentes dos grupos políticos nos modelos de regressão. Os contrastes entre grupos (Direita–Centro; Esquerda–Centro) não emergiram como preditores significativos nos modelos de regressão, sugerindo que, uma vez controladas as disposições morais e ideológicas (SDO, RWA, LWA), as diferenças entre grupos políticos na explicação de percepção e intenção ficam reduzidas ou se tornam secundárias. Isso não implica que não existem diferenças entre grupos, mas indica que o que parece operar com mais consistência são dimensões psicológicas específicas, como a SDO e certos fatores componentes da RWA, mais do que a orientação política por si só (Tan et al., 2016; Vilanova et al., 2022). Essa leitura também é compatível com a ideia de que “orientação política” pode funcionar como um marcador amplo que agrega perfis distintos, enquanto traços ideológicos mais específicos capturam melhor os mecanismos (Alves & Porto, 2022; Grünhage & Reuter, 2020)

A segunda hipótese postulada (H2) era de que os fundamentos de cuidado, igualdade e autoridade estivessem associados a uma maior percepção de corrupção e negativamente associados à intenção de corrupção, foi parcialmente corroborada. No modelo de percepção de corrupção, apenas o fundamento de cuidado, apareceu como preditor significativo e

positivo, ou seja, quanto maior o cuidado, maior percepção de corrupção, enquanto os demais fundamentos não se destacaram como preditores significativos. Esse padrão sugere que pessoas mais sensíveis a dano/sofrimento e a preocupações de proteção podem interpretar a corrupção algo moralmente relevante, aumentando a detecção/atribuição de corrupção (de Oliveira Leite et al., 2020). A sensibilidade ao cuidado pode estar mais diretamente ligada a avaliações morais de “prejuízo a terceiros” (Kivikangas et al., 2020). No modelo de intenção, o fundamento cuidado apareceu com efeito negativo (quanto maior o cuidado, menor é a intenção), mas o fundamento igualdade apresentou efeito positivo e o fundamento de autoridade/leadade não mostrou efeitos significativos. Esse resultado é teoricamente interessante porque quebra a expectativa de que maior endosso moral, em geral, funcionaria como “barreira” à intenção corrupta (Pozsgai-Alvarez, 2022). Uma interpretação plausível é que o fundamento igualdade, tal como mensurado, pode captar não apenas a aversão à desigualdade, mas também refletir uma faceta mais ativista e “*antiestablishment*”, elevando a intenção (Costello et al., 2022; Gloria & Modesto, 2019). De toda forma, o achado aponta que a relação entre moralidade e intenção não é linear nem invariavelmente protetiva. Esse “paradoxo” do fundamento de igualdade sugere que, em certos casos, a valorização intensa da igualdade não se opere apenas como defesa abstrata de justiça, mas também como sensibilidade a cenários percebidos como estruturalmente injustos, nos quais a transgressão pode ser moralmente racionalizada em nome de um fim considerado legítimo.

Nesse sentido, determinados participantes podem ter concebido a quebra de regras não como expressão de egoísmo ou de vantagem privada, mas como meio excepcionalmente justificável diante de ordens sociais consideradas desiguais ou excludentes. Esse achado dialoga com a literatura sobre comportamento pró-social antiético e sobre transgressão moralmente justificada, segundo a qual certos indivíduos podem legitimar violações normativas quando as percebem como instrumento para restaurar justiça ou corrigir

desigualdades (Ahmad et al., 2024; Zhang & Mo, 2022; Concha-Salgado et al., 2022). Assim, o fundamento da Igualdade pode ter operado, neste estudo, menos como barreira universal à corrupção e mais como índice de uma moralidade politizada, em que a legitimidade da regra é avaliada à luz de seus efeitos distributivos.

Em relação a SDO, os resultados mostraram que o constructo foi o preditor positivo de maior impacto tanto para percepção quanto para intenção de corrupção, corroborando a hipótese (H3) inicialmente levantada. A SDO opera como eixo organizador de relação entre ideologia e corrupção, esse resultado sugere que a corrupção pode ser compreendida, em parte, como prática instrumental compatível com disposições que legitimam hierarquias, assimetrias de poder e vantagens desiguais entre grupos, sugerindo que indivíduos com maior aceitação de hierarquias e desigualdades podem, simultaneamente, perceber mais corrupção (talvez por relações de poder e interesse, ou por manutenção da ordem e estrutura social vigente) e reportar maior prontidão/intenção associada ao comportamento (Vilanova et al., 2022). Em termos de mecanismos, isso é compatível com a ideia de que a corrupção pode ser vista como uma estratégia de vantagem em ambientes percebidos como “jogo de poder” e que, para pessoas com alta SDO, o custo moral desse tipo de transgressão pode ser menor ou mais facilmente racionalizado (Duckitt, 2001).

Os gráficos de médias marginais estimadas (Figura 3 e Figura 4) ajudam a visualizar esse padrão: à medida que SDO aumenta, aumentam também a percepção e a intenção nos três grupos políticos. Além disso, a posição relativa das linhas sugere que, para um mesmo nível de SDO, os participantes classificados como de direita tendem a apresentar valores mais altos, enquanto os de esquerda tendem a valores mais baixos (Sidanius et al., 2006; Satherley et al., 2021; Vilanova et al., 2022).

Já a hipótese sobre RWA (H4) foi parcialmente corroborada e, em alguns pontos, em direção oposta ao esperado, sobretudo para a intenção de corrupção. A previsão proposta foi

que a RWA estaria associada a uma maior percepção e menor intenção, pois a corrupção ameaça coesão e estrutura de normas tradicionais. Nos resultados, para percepção, dois componentes apareceram como preditores positivos: RWA –Autoritarismo e RWA –Contestação à Autoridade. Isso é compatível com a parte da hipótese que prevê maior percepção: pessoas com maior disposição autoritária podem ser mais sensíveis a temas de desordem social, ameaça e violações normativas, lendo a corrupção como sinal de decadência institucional (Duckitt & Sibley, 2007; Vilanova et al., 2022).

Contudo, para intenção, o componente que se manteve significativo foi novamente RWA–Contestação à Autoridade, mas com associação positiva, ou seja, maior contestação associada a maior intenção, o que contraria a previsão de redução da intenção por orientação normativa/tradicional. Esse resultado sugere que o fator “contestação à autoridade”, dependendo contexto, pode estar captando uma disposição de confronto com instituições, desconfiança e permissividade para transgressões quando a autoridade é percebida como ilegítima (Vilanova et al., 2018, 2023). Apesar da RWA estar vinculada à direita política, ela é um comportamento político-social, podendo mudar de acordo com o contexto ideológico e ser evidenciada em outras orientações dentro do espectro político (Vilanova et al., 2022).

Por fim, a hipótese de LWA (H5) não foi corroborada. A proposta era que LWA se associasse à uma maior percepção de corrupção por favorecer uma visão de instituições como inerentemente injustas/corruptas e menor intenção de corrupção. No entanto, LWA não emergiu como preditor significativo de percepção nem de intenção quando controladas as demais variáveis. Uma leitura plausível é que o conteúdo explicativo que LWA traria para “ver instituições como corruptas” pode já estar sendo absorvido por outros componentes do modelo, por exemplo, contestação à autoridade da RWA, fundamentos morais de cuidado, igualdade e SDO. Também é possível que, na forma como o construto foi operacionalizado e no contexto da amostra, a LWA esteja mais relacionada a atitudes políticas específicas (p. ex.,

apoio a coerção em nome de objetivos) do que à percepção geral de corrupção.

De uma forma geral, os resultados encontrados, apontam para um quadro em que a corrupção, enquanto objeto moral e político, parece ser mais bem explicada por dimensões ideológicas específicas e por certos fundamentos morais, do que por categorias amplas de autoidentificação política. Para a percepção, o padrão sugere que o fundamento moral de cuidado, com maior SDO e com níveis mais altos de RWA tendem a reportar maior percepção de corrupção. Para a intenção, o perfil é mais ambivalente: o fundamento moral de cuidado funciona como fator protetivo (reduz intenção), enquanto SDO e contestação à autoridade da RWA elevam a intenção; o fundamento igualdade aparece como um preditor positivo inesperado, sugerindo que o vínculo entre valores igualitários e intenção depende de interpretações sobre legitimidade institucional e justificativas morais. Isso também conversa com as correlações observadas: variáveis mais proximais ao construto de intenção (atitudes, normas subjetivas, suporte à corrupção) apresentam correlações mais fortes com o componente de intenção, reforçando uma leitura consistente com modelos socio-cognitivos do comportamento (onde crenças normativas e atitudinais costumam ser preditores diretos de intenção).

Entre as principais limitações do estudo, destaca-se que o uso de orientação política autorrelatada pode introduzir vieses, como a desejabilidade social e diferenças na interpretação dos itens, especialmente em um tema sensível como a corrupção e a política. Destaca-se, também, que, embora os modelos tenham apresentado significância estatística, a variância explicada foi moderada, sugerindo que fatores contextuais não foram avaliados; por exemplo, normas subjetivas, percepção de impunidade e desengajamento moral também podem contribuir para explicar os desfechos. Outra limitação metodológica diz respeito ao fato de que parte dos itens da Escala Geral de Corrupção evoca, de certo modo, situações associadas ao serviço público, ao exercício institucional do poder ou a relações formais de

autoridade. Isso pode introduzir um viés de contextualização, na medida em que participantes sem experiência direta com estruturas públicas podem responder com base em representações sociais generalizadas. Como sugestões para pesquisas futuras podem fortalecer essas conclusões testando modelos com mediação, por exemplo, a SDO levando a percepções instrumentais e normativas, que por sua vez levam à intenção, avaliando moderação com testes formais, por exemplo, a interação entre SDO e orientação política e incorporando variáveis contextuais (como confiança institucional, aversão à perda, desengajamento moral, empatia) que podem explicar por que certos fundamentos como Igualdade se associam a maior intenção em determinados contextos.

Este estudo buscou analisar como as diferentes orientações políticas se relacionam com a percepção e a intenção de corrupção. Os resultados indicaram que categorias amplas de autoidentificação política foram menos informativas do que dimensões ideológicas específicas, destacando-se, sobretudo, o papel da orientação à dominância social, bem como os efeitos de cuidado, igualdade e contestação à autoridade. Em conjunto, os achados reforçam a compreensão da corrupção como fenômeno que, embora condicionado por estruturas e contextos sociais, também é atravessado por disposições subjetivas que moldam a forma como os indivíduos percebem, avaliam e, potencialmente, justificam o uso indevido do poder.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para ampliar a compreensão da corrupção ao evidenciar a pertinência de uma abordagem centrada no nível micro, articulando psicologia política e psicologia moral em um modelo analítico integrado. Em vez de tratar a corrupção apenas como falha institucional ou cálculo racional, os resultados sugerem que ela também deve ser pensada como prática vinculada a crenças sobre hierarquia, legitimidade, ordem social e sensibilidade moral. Nessa direção, a centralidade da SDO e o efeito protetivo do fundamento cuidado revelam que diferentes disposições subjetivas podem tanto favorecer

quanto inibir a intenção corrupta.

Do ponto de vista prático, os achados sugerem que estratégias de prevenção à corrupção não devem depender exclusivamente do endurecimento normativo, da vigilância ou da punição. Embora tais mecanismos sejam importantes, os resultados indicam que a formação ética, a promoção de cuidado/empatia, a ampliação da perspectiva moral sobre os efeitos do dano e a problematização de crenças legitimadoras da desigualdade podem constituir caminhos igualmente relevantes. Em contextos educacionais, organizacionais e institucionais, isso implica investir em intervenções que fortaleçam a responsabilidade moral, a sensibilidade ao outro e a reflexão crítica sobre o exercício do poder.

## Referências

- ADB. (2007). *Anticorruption and integrity: Policies and strategies*. The Asian Development Bank.
- Ahmad, R., Nejati, M., Farr-Wharton, B., & Bentley, T. (2024). Impact of leadership on unethical pro-organizational behavior: a systematic literature review and future research directions. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 31(3), 338-367. <https://doi.org/10.1177/15480518241265399>
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179–211.
- Alves, P. C., & Porto, J. B. (2022). Measuring political ideology: Validity evidence for a two-factor model. *Trends in Psychology*, 30(1), 129-145.
- Altemeyer, B. (1981). *Right-Wing Authoritarianism*. University of Manitoba Press.
- Andersson, S., & Heywood, P. M. (2009). The Politics of Perception: Use and Abuse of Transparency International's Approach to Measuring Corruption. *Political Studies*, 57(4), 746-767. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00758.x>
- Armantier, O., & Boly, A. (2012). On the external validity of laboratory experiments on corruption. Em D. Serra & L. Wantchekon (Eds.), *New Advances in Experimental Research on Corruption* (pp. 117-144). Emerald Group Publishing Limited..
- Atari, M., Haidt, J., Graham, J., Koleva, S., Stevens, S. T., & Dehghani, M. (2023). Morality beyond the WEIRD: How the nomological network of morality varies across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 125(5), 1157.
- Bataglia, P. U. R., Morais, A. D., & Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15, 25-32.
- Benjamin, A. J. (2016). Right-Wing Authoritarianism and Attitudes toward Torture. *Social*

*Behavior and Personality*, 44(6), 881-888.

Billig, M. G., & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 3(1), 27-52.

<https://doi.org/10.1002/ejsp.2420030103>

Bizumic, B. & Duckitt, J. (2018). Investigating Right-Wing Authoritarianism with a Very Short Authoritarianism Scale. *Journal of Social and Political Psychology*, 6(1), 129-150.

Blumenau, J., & Lauderdale, B. E. (2025). Liberals and Conservatives Rely on Very Similar Sets of Foundations When Comparing Moral Violations. *American Political Science Review*, 119(2), 746–762. doi:10.1017/S0003055424000492

Concha-Salgado, A., Ramírez, A., Pérez, B., Pérez-Luco, R., & García-Cueto, E. (2022).

Moral disengagement as a self-regulatory cognitive process of transgressions:

Psychometric evidence of the Bandura scale in Chilean adolescents. *International journal of environmental research and public health*, 19(19), 12249. doi:

[10.3390/ijerph191912249](https://doi.org/10.3390/ijerph191912249)

Conway, L. G., Houck, S. C., Gornick, L. J., & Repke, M. A. (2018). *Finding the Loch Ness Monster: Left-Wing Authoritarianism in the United States*. *Political Psychology*, 39(5), 1049–1067.

Costello, T. H., Bowes, S. M., & Lilienfeld, S. O. (2022). *Clarifying the Structure and Nature of Left-Wing Authoritarianism*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 122(1), 77–108.

Costello, T. H., & Patrick, C. J. (2023). Development and initial validation of two brief measures of left-wing authoritarianism: A machine learning approach. *Journal of Personality Assessment*, 105(2), 187-202.

Damijan, S. (2023). *Corruption: A Review of Issues*. *Economic and Business Review*, 25(1),

1-10. <https://doi.org/10.15458/2335-4216.1314>

Darley, J. M. (2005). The cognitive and social psychology of contagious organizational corruption. *Brooklyn Law Review*, 70(4), 1177–1194.

Demel, R., Pooresmaeili, A., Gagsch, F., Spengler, M., & Schacht, A. (2024). Beyond bidimensional measures: Introducing a culturally tailored measure of political orientation. *Political Psychology*, 45(3), 517-535.

Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. In *Advances in experimental social psychology*, Vol. 33 (pp. 41–113). San Diego, CA: Academic Press.

Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., & Heled, E. (2010). A tripartite approach to right-wing authoritarianism: The authoritarianism-conservatism-traditionalism model. *Political Psychology*, 31(5), 685-715.

Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2010). *Personality, ideology, prejudice, and politics: A dual-process motivational model*. *Journal of Personality*, 78(6), 1861–1893.

Duckitt, J., Wagner, C., du Plessis, I., & Birum, I. (2002). *The psychological bases of ideology and prejudice: Testing a dual process model*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(1), 75–93.

Dong, B., Dulleck, U., & Torgler, B. (2012). Conditional corruption. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 609–627. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.12.001>

Gorsira M, Denkers A and Huisman W (2018) Both sides of the coin: Motives for corruption among public officials and business employees. *Journal of Business Ethics* 151(1): 179–194.

Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2018). Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 30-49.

- Field, A. (2020). *Descobrimos a estatística usando o SPSS-5*. Penso Editora.
- Frank, B., Li, S., Bühren, C., & Qin, H. (2015). Group decision making in a corruption experiment: China and Germany compared. *Jahrbücher Für Nationalökonomie Und Statistik*, 235(2), 207-227. <https://dx.doi.org/10.1515/jbnst-2015-0207>
- Garneau, C. R. H., & Schwadel, P. (2022). Examining the Influence of Political Affiliation and Orientation on Political Tolerance. *Socius*, 8. <https://doi.org/10.1177/23780231221132368>
- Gloria Filho, M. da C., & Nunes Modesto, J. G. (2023). Polarização política afetiva e bem-estar subjetivo no contexto político brasileiro. *Psico*, 54(1), e39825 . <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39825>
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(2), 366-385. doi: 10.1037/a0021847
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 5, 1029-1046. doi: 10.1037/a0015141
- Graham, J., & Haidt, J. (2010). Beyond beliefs: Religion binds individuals into moral communities. *Personality and Social Psychology Review*, 14, 140-150. doi: 10.1177/1088868309353415
- Gray, D., & Durrheim, K. (2006). The validity and reliability of measures of right-wing authoritarianism in South Africa. *South African Journal of Psychology*, 36(3), 500-520.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108, 814-834.
- Haidt, J. (2012). *The Righteous Mind: Why are good people divided by politics and religion?*

New York: Vintage Books.

- Haidt, J., & Joseph, C. (2007). The moral mind: How 5 sets of innate moral intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps even modules. Em P. Carruthers, S. Laurence, and S. Stich (Eds.) *The Innate Mind*. New York: Oxford, 367-391.
- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: Conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, 20, 98-116. doi: 10.1007/s11211-007-0034-z
- Hannikainen, I. R., Miller, R. M., & Cushman, F. A. (2017). Act versus impact: Conservatives and liberals exhibit different structural emphases in moral judgment. *Ratio*, 30, 462-493. <http://dx.doi.org/10.1111/rati.12162>
- Harman, J. C. (2018). The psychological spectrum: Political orientation and its origins in perception and culture. *Undergraduate Journal of Politics and International Relations*, 1(1).
- Huntington, Samuel P. (1968). *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press.
- Iurino, K., & Saucier, G. (2020). Testing measurement invariance of the Moral Foundations Questionnaire across 27 countries. *Assessment*, 27(2), 365-372.
- Iyengar, S., & Massey, D. S. (2018). Scientific communication in a post-truth society. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 116(16), 7656-7661. <https://doi.org/10.1073/pnas.1805868115>
- Jain, A. K. (2001). Corruption: A review. *Journal of Economic Surveys*, 15(1), 71–121
- Jha, C., & Panda, B. (2017). Individualism and corruption: A cross-country analysis. *Economic Papers: A Journal of Applied Economics and Policy*, 36(1), 60–74. <https://doi.org/10.1111/1759-3441.12163>

- Jos, P. H. (1993). Empirical corruption research: Beside the (Moral) point? *Journal of Public Administration Research and Theory*, 3(3), 359–375.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). *Political conservatism as motivated social cognition*. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339–375.
- Judge, W. Q., McNatt, D. B., & Xu, W. (2011). The antecedentes and effects of national corruption: A meta-analysis. *Journal of World Business*, 46(1), 93–103.  
<https://doi.org/10.1016/j.jwb.2010.05.021>
- Kerr, J. R., & Wilson, M. S. (2021). Right-wing authoritarianism and social dominance orientation predict rejection of science and scientists. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(4), 550-567.
- Kivikangas, J. M. et al. (2021). *Moral Foundations and Political Orientation: Systematic Review and Meta-Analysis*. *Psychological Bulletin*, 147(1), 55–94.  
<https://doi.org/10.1037/bul0000308>
- Klitgaard, R. (1998). International cooperation against corruption. *Finance and Development*, 35(1), 3–6.
- Martín Julián, & Bonavia, T. (2020). Variables psicológicas asociadas a la corrupción: una revisión sistemática. *Anales de Psicología / Annals of Psychology*, 36(2), 330–339.  
<https://doi.org/10.6018/analesps.389371>
- McCoy, J., Rahman, T., & Somer, M. (2018). Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics and pernicious consequences for democratic polities. *American Behavioral Scientist*, 62 (1), 16-42.  
<https://doi.org/10.1177/0002764218759576>
- Mena, A. J., de Oliveira Cardoso, N., & Argimon, I. I. D. L. (2021). Orientação à dominância social (SDO) e autoritarismo em adolescentes: Uma revisão sistemática. *Aletheia*, 54(2).

- Modesto, J. G. N. (2018). “Por que corruptos são corruptos?”: Propositura e apresentação de evidências do Modelo Analítico da Corrupção [Universidade de Brasília].  
<http://repositoriounb.br/handle/10482/34434>
- Modesto, J. G., & Pilati, R. (2020). Why are corrupt, corrupt? The multilevel analytical model of corruption. *Spanish Journal of Psychology*, 23.
- Modesto, João Gabriel; Pilati, Ronaldo; Ferraz, A. S.; Sarmet, Maurício Miranda; Resende, M. M.; Porto, J. B.; Pereira, C. R.. General Corruption Scale: Development and Psychometric Properties. *BMC PSYCHOLOGY*, 2026.
- Navot, D., & Beerli, I. (2017). Conceptualization of political corruption, perceptions of corruption, and political participation in democracies. *Lex localis—Journal of Local Self-Government*, 15(2), 199-219.
- Nye, J. S. (1967). Corruption and political development: A cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, 61(2), 417–427.
- Olken, B. A. (2009). Corruption perceptions vs. corruption reality. *Journal of Public economics*, 93(7-8), 950-964.
- Olsson SA (2014) Corruption and political participation. QoG Working Paper Series, 2014(12): 12
- Pilati, R., Modesto, J.G., Porto, J.B. *et al.* The impact of political ideology on corruption in a highly polarized context. *Curr Psychol* (2025). <https://doi.org/10.1007/s12144-025-08249-1>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741-763. doi:10.1037/0022-3514.67.4.741
- Philp, M., & Dávid-Barrett, E. (2015). Realism about political corruption. *Annual Review of Political Science*, 18, 387-402. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-092012->

134421

- Ponce-Díaz, C. R., Aiquipa-Tello, J. J., & Pacheco-Luza, E. F. (2025). *Psychological insight into corruption: construction and validation of the Corrupt Intention Scale (CIS)*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 38(15). <https://doi.org/10.1186/s41155-025-00352-3>
- Pozsgai-Alvarez, J. (2022). *Corruption tolerance as a process of moral, social, and political cognition: Evidence from Latin America*. *Crime, Law and Social Change*, 77, 381–404. <https://doi.org/10.1007/s10611-021-09995-6>
- Rest, J. (1986). *Development in judging moral issues*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Rosenbloom, D. H., & Kravchuk, R. S. (2005). *Public administration: Understanding management, politics, and law in the public sector* (6th ed.). New York: McGraw-Hill.
- Satherley, N., Sibley, C. G., & Osborne, D. (2021). Ideology before party: Social dominance orientation and right-wing authoritarianism temporally precede political party support. *British Journal of Social Psychology*, 60(2), 509-523.
- Senturia, J. A. (1935). Corruption, political. *Encyclopedia of the social sciences* New York: Collier-CromwellMacmillan.
- Sidanius, J., Levin, S., Federico, C. M., & Pratto, F. (2001). 13 Legitimizing Ideologies The Social Dominance Approach. *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations*, 307.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). Social dominance theory. *Handbook of theories of social psychology*, 2.
- Sidanius, J., Sinclair, S., & Pratto, F. (2006). Social dominance orientation, gender, and increasing educational exposure 1. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(7), 1640-1653.
- Silvino, A. M. D., Silva, E. P., Freitas, A. F. P., Silva, J. N., Lima, M. F., Keller, V. N., &

- Pilati, R. (2016). Adaptação do questionário dos fundamentos morais para o Português. *Psico-USF*, 21(3), 487-495. doi: 10.1590/1413-82712016210304
- Školník, M. (2020). Corruption and political participation: A review. *Sociální studia/Social Studies*, 17(1), 89-105.
- Stupnianeck, K., & Navickas, V. (2019). Can Beliefs in Justice Predict Corrupt Behavior?. *Journal of Social and Political Psychology*, 7(1), 246-259.  
<https://doi.org/10.5964/jspp.v7i1.1031>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2019). *Using Multivariate Statistics* (7th ed.). Pearson.
- Tan, X., Liu, L., Zheng, W., & Huang, Z. (2016). Effects of social dominance orientation and right-wing authoritarianism on corrupt intention: The role of moral outrage. *International Journal of Psychology*, 51(3), 213–219.  
<https://doi.org/10.1111/pops.12341>
- Transparency International. (2023). What is corruption? *Transparency International, the global coalition against corruption*. <https://www.transparency.org/en/what-is-corruption>
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology* (1st Ed.). Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European journal of social psychology*, 1(2), 149-178.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey, CA: Brooks/Cole, 33-47.
- Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316.

- Vilanova, F., Milfont, T.L., Cantal, C., Koller, S.H., & Costa, A.B. (2019). Evidence for Cultural Variability in Right-Wing Authoritarianism Factor Structure in a Politically-Unstable Context. *Social Psychological and Personality Science*, 11(5), 658-666.
- Vilanova, F., Milfont, T. L., & Costa, A. B. (2022). *A Dual Process Social Psychological Model of Corrupt Intention and Attitudes Toward Corrupt People*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 123(4), 854–883.  
<https://doi.org/10.1037/pspp0000414>
- Wiedenhöft, G. C., Luciano, E. M., & Callegaro, S. (2019). Antecedentes culturais da corrupção: Uma análise das relações do modelo 6D de Hofstede na dissuasão à corrupção. *Gestão & Planejamento*, 20, 618-634. <https://dx.doi.org/10.21714/2178-8030gep.v20.5833>
- Wild, S., Fobi, D., & Möhring, M. (2025). Inspecting the factors of individualizing and binding moral value orientation in the Moral Foundations Questionnaire-2 for validation—a re-analysis of data from pre-service teachers in Ghana. *Frontiers in Psychology*, 16, 1665536. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2025.1665536>
- Yeganeh, H. (2014). Culture and corruption. *International Journal of Development Issues*, 13(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/IJDI-04-2013-0038>
- You, J.-S., & Khagram, S. (2005). A comparative study of inequality and corruption. *American Sociological Review*, 70(1), 136–157.
- Zacarias, D. O., Almeida, R. D. A., & Modesto, J. G. (2024). A Teoria dos Fundamentos Morais e as eleições presidenciais brasileiras em 2018 e 2022. *Quaderns de Psicologia*, 26(1), e1995-e1995.
- Zhang, K., Wang, G., & Mo, S. (2022). Moral disengagement mediates the relationship between idiosyncratic deals and core employees' prosocial rule breaking. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 50(8), 1-10.

<https://doi.org/10.2224/sbp.11671>

Zimelis, A. (2020). Corruption research: A need for an integrated approach. *International Area Studies Review*, 23(3), 288-306.

## Apêndice

### Apêndice A

#### Escala de Geral Corrupção – EGC

##### Parte 1

A seguir, são apresentados um conjunto de itens. Indique em uma escala de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente) o quanto você concorda com cada item. Em sua resposta, analise os “brasileiros em geral”, “políticos em geral” ou “servidores públicos em geral”, em função do que é especificado em cada item.

1 – Os brasileiros tentam oferecer alguma recompensa a um servidor público para agilizar uma burocracia.

2 – Os políticos tentam receber uma recompensa pelos benefícios que trazem para a população.

3 - Os servidores públicos estão à espera de uma recompensa para agilizar uma burocracia

4 – Os brasileiros estão dispostos a oferecer um presente como pequeno gesto de reconhecimento a um servidor público que resolveu as coisas para ele.

5 – Os políticos estão tentando receber a sua parte para agilizar a aprovação de projetos que beneficiem a população.

6 - Os servidores públicos estão dispostos a receber algum presente como pequeno gesto de reconhecimento pelo seu trabalho

7 – Os brasileiros tentam retribuir o favor que o servidor público fez ao resolver as burocracias.

8 – Os políticos buscam o poder como forma de alcançar algum benefício próprio.

9 – Os servidores públicos estão dispostos a receber um favor em troca de uma burocracia que conseguiram resolver

## Parte 2

A seguir, são apresentados um conjunto de itens. Indique em uma escala de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente) o quanto você concorda com cada item. Em sua resposta, indique o quanto você concorda que é tolerável cada uma das situações descritas nos itens.

1 – É aceitável oferecer alguma recompensa a um servidor público para agilizar uma burocracia.

2 – É natural um político receber uma recompensa pelos benefícios que traz para a população.

3 – É compreensível que os servidores públicos estejam à espera de uma recompensa para agilizar uma burocracia

4 – É aceitável oferecer um presente como pequeno gesto de reconhecimento a um servidor público que resolveu as coisas para a gente.

5 – É compreensível um político receber a sua parte para agilizar a aprovação de projetos que beneficiem a população.

6 – É natural que servidores estejam dispostos a receber algum presente como pequeno gesto de reconhecimento pelo seu trabalho

7 – É bom retribuir o favor que o servidor público nos fez ao resolver as burocracias para nós.

8 – É compreensível que políticos busquem o poder como forma de alcançar algum benefício próprio.

9 – É aceitável que servidores públicos estejam dispostos a receber um favor em troca de uma burocracia que conseguiram resolver

## Apêndice B

### Corruption Intention Scale – CIS

1. Acho que às vezes é necessário trapacear.
2. Para conseguir o que quero, posso fazer qualquer coisa.
3. Acredito que posso fazer algo ilegal para meu benefício pessoal se ninguém for realmente prejudicado.
4. Acredito que quem não trapaceia, não avança.
5. Penso que toda pessoa tem seu preço; o que falta é saber qual é.
6. Em nossa sociedade, é costume oferecer uma propina, presente ou pagamento indevido.
7. É normal em nossa sociedade pagar algo extra para receber um serviço público melhor.
8. Para receber um serviço público melhor, é preciso dar algo em troca.
9. Se eu tivesse um familiar trabalhando em um hospital, pediria ajuda para receber um atendimento mais rápido.
10. Se eu tivesse um parente trabalhando no setor público, pediria que facilitasse um procedimento para mim.
11. Se eu tivesse um contato em um hospital, pediria um leito ou quarto para mim ou para um familiar doente.
12. Se eu ocupasse um cargo importante em uma organização pública ou privada, acho que empregaria meus familiares e amigos.

## Apêndice C

### QFM-2

Para cada uma das afirmações abaixo, indique o quanto cada uma descreve você ou suas opiniões. Opções de resposta: (1) Não me descreve de forma alguma; (2) Descreve-me ligeiramente; (3) Descreve-me moderadamente; (4) Descreve-me bem e (5) Descreve-me extremamente bem.

1. Cuidar das pessoas que sofrem é uma virtude importante.
2. O mundo seria um lugar melhor se todos ganhassem a mesma quantia de dinheiro.
3. Acho que as pessoas que são mais trabalhadoras devem ganhar mais dinheiro.
4. Acho que as crianças devem ser ensinadas a serem leais ao seu país.
5. Acho que o corpo humano deve ser tratado como um templo, abrigando algo sagrado dentro de si.
6. Acredito que a compaixão por aqueles que estão sofrendo é uma das virtudes mais importantes.
7. Nossa sociedade teria menos problemas se as pessoas tivessem a mesma renda.
8. Acho que as pessoas devem ser recompensadas proporcionalmente ao que contribuem.
9. Me incomoda quando as pessoas não têm lealdade a seu país.
10. Penso que a maioria das tradições tem uma função valiosa de manter a sociedade em ordem.
11. Acredito que a castidade é uma virtude importante.
12. Todos devemos cuidar das pessoas que estão em sofrimento emocional.

13. Acredito que todos deveriam receber a mesma quantidade de recursos na vida.
14. O esforço que um trabalhador coloca em seu trabalho deve ser proporcional ao aumento que ele recebe.
15. Todas as pessoas devem amar às suas comunidades.
16. Acho que a obediência aos pais é uma virtude importante.
17. Sou empático com aquelas pessoas que sofreram em suas vidas.
18. Acredito que seria ideal se todas as pessoas na sociedade ganhassem aproximadamente a mesma quantidade de dinheiro.
19. Todos devem defender seu país, se forem convocados.
20. Todos devemos aprender com os nossos idosos.
21. Se eu descobrisse que um conhecido tem/tinha um fetiche sexual incomum, mas inofensivo, eu me sentiria desconfortável com ele.
22. Todas as pessoas deveriam tentar consolar aqueles que estão passando por um momento difícil.
23. Quando as pessoas trabalham juntas para um objetivo comum, elas devem dividir as recompensas igualmente, mesmo que alguns tenham trabalhado mais duro.
24. Em uma sociedade justa, aqueles que trabalham duro devem viver com padrões de vida mais altos.
25. Acredito que um dos valores mais importantes a ser ensinado às crianças é o respeito à autoridade.
26. Me dói quando eu vejo alguém ignorando as necessidades de um outro ser humano.

27. Me incomoda quando uma pessoa tem muito mais dinheiro que outras no meu país.
28. Acredito que a força de uma equipe esportiva vem da lealdade de seus membros uns aos outros.
29. Acho que ter um líder forte é bom para a sociedade.
30. Admiro as pessoas que mantêm sua virgindade até o casamento.

## **Apêndice D**

### **Escala de Orientação a Dominância Social reduzida (SDO)**

A seguir estão algumas afirmações. Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas usando a escala de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente).

1. Alguns grupos de pessoas são simplesmente inferiores a outros.
2. É aceitável que alguns grupos tenham mais oportunidades na vida do que outros.
3. A igualdade entre grupos sociais deve ser a nossa meta ideal.
4. Deveríamos fazer mais para igualar as condições entre os grupos.
5. Às vezes é necessário agir com firmeza contra grupos inferiores.
6. É importante manter a superioridade de alguns grupos sobre outros.
7. Deveríamos trabalhar ativamente para eliminar a desigualdade entre grupos.
8. Alguns grupos de pessoas devem dominar outros grupos na sociedade.

## Apêndice E

### Escala de Autoritarismo de Direita reduzida (RWA)

Por favor, marque o quanto você concorda com as afirmações abaixo: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo em parte; (3) Não concordo nem discordo; (4) Concordo em parte e (5) Concordo totalmente.

1. Os crimes e as desordens públicas recentes mostram que devemos agir mais duramente com os desordeiros, se quisermos preservar a lei e a ordem.
2. O que o nosso país realmente precisa é uma dose forte e dura de lei e ordem.
3. O que o nosso país realmente precisa é uma dose forte e dura de lei e ordem.
4. Quanto maior o número de pessoas preparadas para desafiar o governo, melhor para a sociedade.
5. Estudantes de colégios e universidades devem ser encorajados a desafiar, criticar e confrontar autoridades.
6. É ótimo que atualmente muitos jovens estejam preparados para desafiar a autoridade.
7. As pessoas deveriam ter as suas próprias preferências sexuais, mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.
8. Não há nada de errado com sexo antes do casamento.
9. As pessoas deveriam ter os seus próprios estilos de vida mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.
10. Nosso país será melhor se obedecermos a nossos líderes.
11. O segredo para uma boa vida é o respeito pela autoridade.
12. O que nosso país mais precisa é disciplina, com todos seguindo nossos líderes.

## Apêndice F

### Escala de Autoritarismo de Esquerda reduzida (LWA)

A seguir estão algumas afirmações. Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas usando a escala de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente).

1. O governo deveria restringir a expressão de opiniões preconceituosas.
2. Oponentes políticos perigosos devem ser censurados para proteger a sociedade.
3. É aceitável usar força contra indivíduos que promovem discursos de ódio.
4. Grupos que oprimem os outros não merecem liberdade de expressão.
5. Pessoas que defendem visões retrógradas devem ser silenciadas.
6. A justiça social é mais importante do que a liberdade de expressão em todos os casos.
7. Aqueles que se opõem à igualdade de gênero devem perder suas plataformas públicas.
8. Pessoas com opiniões perigosas sobre raça devem ser impedidas de falar em público.
9. A liberdade de expressão deve ser limitada para promover o bem social.
10. Indivíduos que defendem valores reacionários não têm lugar na sociedade moderna.
11. A censura é justificada quando usada para proteger grupos marginalizados.
12. É necessário eliminar ativamente visões que ameaçam o progresso social.

## **Apêndice G**

### **Demográficos**

#### **Idade**

Qual a sua idade?

(Resposta numérica)

#### **Orientação Política**

##### **1. Qual a sua orientação política?**

0= Extrema Esquerda a 10= Extrema Direita

##### **2. Como você se identifica em uma perspectiva econômica?**

0=Nada Liberal (Sou a favor da interferência do Estado na economia) a 10= Totalmente Liberal (Sou contra a interferência do Estado na economia).

##### **3. Como você se identifica em uma perspectiva social?**

0=Totalmente Conservador (Valorizo fortemente as tradições e valores estabelecidos, assim como mudanças lentas e graduais na sociedade) a 10=Totalmente Progressista (Valorizo fortemente as mudanças sociais, a luta por direitos igualitários e questiono as tradições estabelecidas).

**Escolaridade**

Qual é o seu nível de escolaridade?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-Graduação

**Renda**

Qual é a renda mensal total da sua família?

- Até R\$1.000
- De R\$1.001 a R\$5.000
- De R\$5.001 a R\$10.000
- Acima de R\$10.00
- Prefiro Não Responder

## **Gênero e Identidade Racial**

Como você se define em relação ao gênero?

Cisgênero refere-se a pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo designado no nascimento. Transgênero refere-se a pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo designado no nascimento. Caso não se identifique com nenhuma dessas categorias escolha “Prefiro Não Responder”.

Mulher (cisgênero ou transgênero)

Homem (cisgênero ou transgênero)

Não Binário

Prefiro Não Responder

Em relação a sua identidade racial ou étnica, escolha a opção com a qual você mais se identifica:

Branco(a)

Preto(a)

Pardo(a)

Amarelo(a)

Indígena

Prefiro Não Responder

**Duke Religiosity Scale**

Você acredita em Deus?

SIM  NÃO

Se você respondeu NÃO, como você se define:

Ateu

Agnóstico

Outro: \_\_\_\_\_

Se você respondeu SIM, como você se define:

Católico

Evangélico

Espírita

Outro: \_\_\_\_\_

(1) Com que frequência você vai a uma igreja, templo ou outro encontro religioso?

1. Mais do que uma vez por semana

2. Uma vez por semana

3. Duas a três vezes por semana

4. Algumas vezes por ano

5. Uma vez por ano ou menos

6. Nunca

(2) Com que frequência você dedica seu tempo a atividades religiosas individuais, como preces, rezas, meditações, leitura da bíblia ou de outros textos religiosos?

1. Mais do que uma vez ao dia
2. Diariamente
3. Duas ou mais vezes por semana
4. Uma vez por semana
5. Poucas vezes por mês
6. Raramente ou nunca

A seção seguinte contém três frases a respeito de crenças ou experiências religiosas. Por favor, marque o quanto cada frase se aplica a você.

(3) Em minha vida, eu sinto a presença de Deus (ou do Espírito Santo).

1. Totalmente verdade para mim
2. Em geral é verdade
3. Não estou certo
4. Em geral não é verdade
5. Não é verdade

(4) As minhas crenças religiosas estão realmente por trás de toda a minha maneira de viver.

1. Totalmente verdade para mim
2. Em geral é verdade
3. Não estou certo

4. Em geral não é verdade

5. Não é verdade

(5) Eu me esforço muito para viver a minha religião em todos os aspectos da vida.

1. Totalmente verdade para mim

2. Em geral é verdade

3. Não estou certo

4. Em geral não é verdade

5. Não é verdade

**Estado de residência**

Qual é o seu estado de residência?

AC – Acre

MS – Mato Grosso do Sul

AP – Amapá

DF – Distrito Federal

AM – Amazona

MG – Minas Gerais

PA – Pará

RJ – Rio de Janeiro

RO – Rondônia

SP – São Paulo

RR – Roraima

PR – Paraná

TO – Tocantins

SC – Santa Catarina

AL- Alagoas

RS – Rio Grande do Sul

BA – Bahia

CE – Ceará

MA – Maranhão

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PI – Piauí

RN- Rio Grande do Norte

SE – Sergipe

GO – Goiás

MT – Mato Grosso

